Sexta-feira, 5 de dezembro de 2025 I Série — Número 37

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.os 47 e 48/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.os 298 a 301/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.os 369 a 383 e 385 a 389/XVII/1.ª.

O Presidente evocou Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, que neste dia, há 45 anos, faleceram em Camarate, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª (GOV) — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, e dos

Projetos de Lei n.os 41/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 83/XVII/1.ª (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais, 252/XVII/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior), 264/XVII/1.ª (PAN) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 270/XVII/1.ª (BE) — Altera o regime jurídico das instituições do ensino superior reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional e 276/XVII/1.ª (PS) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Porfírio Silva (PS), Bruno Faria (PSD), Rui Cardoso (CH), Aida Carvalho (PS), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), José Carvalho (CH), Filipe Sousa (JPP), Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L), Ana Gabriela Cabilhas (PSD) e Rosa Isabel Cruz (PS).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 36/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação do programa «Semana de quatro dias de trabalho» no setor privado e no setor público, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 263/XVII/1.ª (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado e 269/XVII/1.ª (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (vigésima sexta alteração ao Código do Trabalho), e com os Projetos de Resolução n.os 7/XVII/1.ª (BE) — Alarga a implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, 331/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie incentivos às empresas que adotem práticas amigas da conciliação do trabalho com a família, 353/XVII/1.ª (PS) — Pelo alargamento da experiência da «semana de quatro dias» nos setores privado e público e 376/XVII/1.ª (PSD) — Por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores, no mercado de trabalho português. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Catarina Salgueiro (CH), Joaquim Barbosa (PSD), Mariana Mortágua (BE), Ana Bernardo (PS), Vânia Jesus (PSD), Joana Cordeiro (IL), Alfredo Maia (PCP), Pedro Tavares (CH), Joana Lima (PS) e Alexandre Poço (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 220/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública equivalente à recuperação da totalidade do tempo de serviço dos professores, 328/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do SIADAP, 340/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um novo acelerador do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores da função pública, 342/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure uma regularização eficiente das carreiras da função pública, atendendo aos períodos de congelamento, com vista a repor a justiça e dignificar os trabalhadores, 345/XVII/1.ª (BE) — Por uma justa progressão na Administração Pública, 348/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um regime de aceleração de carreiras para toda a Administração Pública, e 349/XVII/1.ª (L) — Recomenda acelerar o processo negocial de revisão e valorização das carreiras especiais da Administração Pública. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Marina Gonçalves (PS), Patrícia Almeida (CH), Almiro Moreira (PSD), Alfredo Maia (PCP), Maria José Aguiar (CH), Mariana Mortágua (BE), Filipa Pinto (L), Angélique Da Teresa (IL), Paulo Núncio (CDS-PP).

Foram discutidos os Projetos de Resolução n.os 50/XVII/1.ª (IL) — Compromisso pela reprivatização da TAP, 334/XVII/1.ª (PCP) — Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional, 335/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a assunção de uma solução de equilíbrio na reprivatização da TAP, 341/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, S.A., assegure a defesa do interesse público, a proteção dos trabalhadores, a manutenção de rotas estratégicas e o cumprimento das metas ambientais e 352/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que assegure condições especiais na aquisição de ações da TAP por parte dos seus trabalhadores, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Rodrigo Saraiva (IL), Paula Santos (PCP), Francisco Gomes (CH), Carlos Pereira (PS), Gonçalo Lage (PSD), Carlos Barbosa (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP), Paulo Moniz (PSD) e Pedro Pinto (CH).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 18 horas e 19 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para acesso do público que deseja assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Pausa.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos.
Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente que tem.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.
Em primeiro lugar, refiro as Propostas de Lei n.os 47 e 48/XVII/1.ª (GOV).
Deram também entrada os Projetos de Lei n.os 298/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP), 299 e 300/XVII/1.ª (PAN) e 301/XVII/1.ª (PS).
Deram ainda entrada os Projetos de Resolução n.os 369, 370, 371, 372 e 374/XVII/1.ª (PS), 373 e 389/XVII/1.ª (CH), 375/XVII/1.ª (BE), 376 e 377/XVII/1.ª (PSD), 378, 379, 380, 381, 382 e 383/XVII/1.ª (PAN), 385, 386, 387 e 388/XVII/1.ª (L).

O Sr. **Presidente**: — Parece que há dificuldades de audição na última fila do meu lado esquerdo. Pedia aos serviços para ver se verificavam o que se passa, mas acontece com alguma regularidade. Esperemos que, no futuro, possa ser reparada esta deficiência.
Antes de dar início ao Plenário, gostava de deixar uma palavra sobre o dia de hoje.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Presidente**: — Há 45 anos, em Camarate, perderam-se sete vidas, entre elas as de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, dois democratas, dois estadistas, dois homens que perderam a vida ao serviço do nosso País.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Meses antes, tinham ambos sido eleitos Deputados desta Assembleia da República. Um foi indigitado Primeiro-Ministro, o outro foi nomeado Ministro da Defesa.
Quarenta e cinco anos depois, desconhecemos como seria o País se não os tivéssemos perdido, mas sabemos as ideias que defendiam e o projeto que tinham e sabemos a sua maneira de estar, convicta mas respeitadora, afirmativa mas moderada. Quero hoje evocá-los, pelo que foram, pelo que poderiam ter sido e, sobretudo, por aquilo que o seu legado exige de nós.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do JPP, de pé, tendo o PCP permanecido de pé, sem aplaudir.

Vamos então entrar no ponto um da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª (GOV) — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, e os Projetos de Lei n.os 41/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 83/XVII/1.ª (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais, 252/XVII/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino

superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior), 264/XVII/1.ª (PAN) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 270/XVII/1.ª (BE) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional e 276/XVII/1.ª (PS) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Vou dar a palavra ao Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, para a primeira intervenção.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação** (Fernando Alexandre): — Ex.mo Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A mudança do mundo acelerou nas últimas décadas. Choques inesperados tornaram-se mais frequentes e severos. Pandemias, guerras, alterações geopolíticas e novas tecnologias, como a inteligência artificial, influenciam cada vez mais e em múltiplas dimensões o nosso modo de vida, mas também as competências necessárias para a integração no mercado de trabalho e para a competitividade das economias.

Portugal não esteve nem está imune a estas alterações e a outras, motivadas por forças internas. Portugal é hoje um país muito diferente do que era no início do século xxi.

A escolaridade da sua população teve um progresso notável, sendo reconhecido internacionalmente, em algumas áreas, como um País que qualifica recursos humanos ao mais alto nível.

Também o nosso sistema científico e tecnológico fez progressos muito relevantes. As instituições de ensino superior mudaram o nosso País e mudaram a imagem de Portugal no mundo. Tudo mudou, menos o enquadramento institucional em que as instituições de ensino superior desenvolvem a sua atividade.

Reconhecendo as limitações que o enquadramento institucional e jurídico impõe às universidades e politécnicos e a todos os agentes do nosso sistema científico e tecnológico, os XXIV e XXV Governos Constitucionais iniciaram uma reforma estrutural do sistema de ensino científico e de inovação.

Na área do ensino superior, da ciência e da inovação, começámos por propor a alteração do regime jurídico das instituições de ensino superior, que hoje discutimos aqui, mas temos também em curso uma alteração orgânica do Ministério, com a criação do Instituto para o Ensino Superior, IP e a Agência para a Investigação e Inovação (AI^2), e também a revisão do decreto-lei dos graus e diplomas e da lei da ciência.

Estas mudanças estão a ser preparadas e implementadas com uma visão global do sistema, de forma a garantir a sua coerência.

Estamos também a rever o sistema de ação social para o ensino superior, cujo quadro conceptual foi ontem apresentado aos Srs. Reitores, aos presidentes dos politécnicos e também aos estudantes.

Com a reforma em curso, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação quer cumprir a sua visão: garantir a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade em todo o território nacional e gerar e transformar talento e conhecimento em valor social e económico.

Para a concretização desta visão, é essencial que as instituições de ensino superior tenham condições para definir estratégias de médio a longo prazo que respondam aos desafios das regiões, do País e da União Europeia.

Para a definição de estratégias de médio a longo prazo, são necessárias mais autonomia e flexibilidade, para que as instituições possam ajustar-se ao contexto dos territórios e ao ambiente de incerteza e de mudança acelerada em que vivemos. Por isso, o reforço da autonomia das instituições de ensino superior, com maior flexibilidade para a definição das suas estratégias, é o fio condutor da proposta de revisão do RJIES apresentada pelo Governo.

É neste contexto que, por exemplo, deve ser entendida a proposta para flexibilizar o sistema binário: mantém-se a organização do sistema sob a forma binária, mas simplifica-se a tipologia das instituições de ensino superior em universidades e universidades politécnicas, garantindo-se, dessa forma, a simetria do sistema e o paralelismo com os sistemas do espaço europeu de ensino superior.

Acresce que as instituições de ensino superior são classificadas de acordo com a sua missão predominante, universitária ou politécnica, procedendo-se assim a uma clarificação da missão e da natureza dos dois subsistemas, reconhecendo a crescente permeabilidade entre os dois sistemas, o universitário e o politécnico.

A atribuição da designação institucional de «universidade» ou de «universidade politécnica» será resultado de processos rigorosos de acreditação institucional e de avaliação externa das atividades de investigação e inovação.

A preservação do modelo binário num enquadramento jurídico com mais flexibilidade pretende promover um sistema de ensino superior diverso e inovador, de elevada qualidade e relevância social, económica e cultural, visando, simultaneamente, melhorar o desempenho global das instituições através de processos de consolidação que as tornem mais relevantes no espaço europeu de ensino superior.

A implementação de uma estratégia de médio a longo prazo pressupõe previsibilidade nos recursos necessários e autonomia na sua gestão. Assim, considera-se essencial dissociar e autonomizar a vida das instituições de ensino superior dos ciclos políticos nacionais, criando um quadro de estabilidade e previsibilidade orçamental.

A proposta de lei do Governo visa reforçar a autonomia orçamental, estabelecendo as compensações necessárias das medidas legislativas que tenham impacto no orçamento das instituições, financeiro e patrimonial, transferindo para os seus órgãos próprios de decisão as decisões até agora dependentes de intervenção governamental, e também na gestão.

O XXV Governo Constitucional propõe também um novo sistema de eleição do reitor das instituições universitárias e politécnicas, aberto à respetiva comunidade, no seu todo: docentes, investigadores, pessoal técnico, especialista e de gestão, alunos e antigos alunos.

A presente proposta de lei valoriza igualmente o papel do pessoal técnico, especialista e de gestão das instituições de ensino superior, reconhecendo a relevância das suas funções para o funcionamento eficiente, a qualidade dos serviços prestados e a profissionalização da gestão das instituições, em linha com as melhores práticas europeias e internacionais.

Com esta proposta do Governo, as universidades e as universidades politécnicas terão um enquadramento institucional que lhes permitirá seguir caminhos diferenciadores e inovadores, com mais impacto nos seus territórios, contribuindo para um País mais qualificado e mais competitivo,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … com níveis mais elevados de bem-estar e mais relevante no espaço europeu de ensino superior e de investigação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto devido ao tempo que tem disponível.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, convém começar por recordar que o agendamento da discussão da revisão do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) não é a primeira vez que é feito. A última vez que foi agendada essa discussão foi no dia 12 de março de 2025. E porque é que essa revisão não foi discutida? Bom, porque as oposições se uniram para derrubar o primeiro Governo da Aliança Democrática.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Disse-o na altura e volto a dizê-lo: graças à espiral destrutiva das oposições, esta reforma foi adiada. E, como esta, outras reformas foram adiadas.

Felizmente, os portugueses renovaram a sua confiança e deram uma vitória ainda maior à AD (Aliança Democrática), o que permite ao Governo continuar o trabalho iniciado em março de 2024.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É o chamado *fait divers*!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Ministro, a minha primeira pergunta é: qual foi o impacto deste atraso na revisão do RJIES no sistema do ensino superior em Portugal?

Não me vou alongar a caracterizar a reforma que estamos hoje aqui a discutir. Da parte do CDS, vai no bom caminho porque reforça três pilares fundamentais do ensino superior: a flexibilidade, a autonomia e a responsabilidade. Mas a revisão do RJIES não é um fim em si mesmo, não é o fim de linha, e, por isso, a segunda pergunta que lhe gostava de fazer é esta: como é que a revisão do RJIES se enquadra na reforma mais abrangente do ensino superior, que está a ser liderada pelo Governo?

Já agora, deixo uma terceira pergunta. Tendo em conta que, no Orçamento do Estado para 2026, o PS e o Chega se entenderam para travar a atualização das propinas em 1 € mensal,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… pergunto-lhe: que consequências é que essa coligação negativa tem no reforço da ação social…

Continuação de protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… e que consequências tem no financiamento das instituições do ensino superior?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o processo de revisão do RJIES começou em 2022, passou por duas dissoluções do Parlamento, vamos ver se é desta.

Estamos disponíveis para uma discussão em especialidade, rica, plural, de aprofundamento das soluções, mas destaco agora uma matéria na proposta do Governo que nos merece particular preocupação. No período de vigência do RJIES, o ensino superior fez um extraordinário processo de crescimento e consolidação, e a diversidade existente no sistema está, em grande medida, associada a esse sucesso. É por isso preocupante que a proposta do Governo pareça promover a homogeneização.

No fim de contas, todas as instituições de ensino superior concorrerão para serem universidades: universidades *tout court* ou universidades politécnicas.

Ora, o País anda há tantos anos a tentar corrigir a licealização do ensino secundário — por exemplo, valorizando o ensino profissional — e agora corremos o risco de, *mutatis mutandis*, licealizar o ensino superior. Sr. Ministro, não devíamos precaver este risco, para depois não andarmos, muitos e muitos anos, a corrigir este erro de homogeneização do ensino superior?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Faria, do PSD, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece e saúda o trabalho do Governo e do Sr. Ministro, pela coragem política e visão reformista ao apresentarem, finalmente, uma proposta de revisão do RJIES.

Trata-se de uma proposta construída com diálogo, porque se ouviu a sociedade, as instituições, os estudantes, os professores e investigadores e o pessoal técnico. É uma revisão há muito esperada, mas que se inicia agora com responsabilidade, determinação e rigor.

Durante demasiado tempo, este regime jurídico não acompanhou a evolução das instituições, da ciência e do País. Perdeu-se capacidade de produzir conhecimento e de responder às necessidades do desenvolvimento nacional.

O PSD acredita que o futuro do ensino superior se constrói com instituições mais autónomas, flexíveis, modernas e competitivas, com condições para cumprir a sua missão com qualidade e impacto real na sociedade.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Quero destacar a clarificação e valorização do sistema binário, elemento central desta reforma, em que Portugal passa a afirmar com clareza: universidades, com uma matriz académica e científica; e universidades politécnicas, com forte vocação para o conhecimento aplicado.

É um modelo que nos coloca em paralelo com o espaço europeu de ensino superior, aumentando a capacidade de cada instituição de se focar e definir, fortalecendo a sua identidade própria e a sua missão. Com mais flexibilidade para atuar, as instituições deixam de ser valorizadas pelo nome que têm e passam a ser reconhecidas pelo trabalho que fazem.

Esta reforma cria condições para que todas possam contribuir ativamente para a coesão territorial, o desenvolvimento económico e social e a transferência de conhecimento para a sociedade.

Esta reforma retira entraves burocráticos, confere maior autonomia de gestão e garante maior previsibilidade ao ensino superior, para que este deixe de depender de ciclos políticos e possa planear estratégias de médio e longo prazos.

Por isso, Sr. Ministro, deixo-lhe uma questão: está convicto de que esta revisão potenciará verdadeiramente as instituições, no cumprimento da sua missão, e reforçará a coesão do ensino superior em Portugal?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para responder, dispõe de 48 segundos, mais 15 de tolerância. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço muito os vossos comentários.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Então o CDS está a interromper o Ministro?!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Gostava de salientar que o pilar da transformação que estamos a propor, desta reforma, é precisamente a autonomia e flexibilidade, o que vai permitir às instituições responderem aos desafios dos territórios, e os desafios de territórios como Trás-os-Montes, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira ou dos Açores são totalmente diferentes.

Por isso, penso que o Sr. Deputado Porfírio Silva cai num equívoco muito grande, porque está agarrado a uma lógica do passado,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … a uma legislação que foi feita nos anos 80, que está ultrapassada e não corresponde sequer àquilo que hoje já são estas instituições.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Como sabe, instituições nestas regiões que referi fazem investigação de alta qualidade, têm centros de investigação excelente. Não sei se lhes quer retirar a capacidade de fazer investigação, porque no liceu não há investigação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares está a pedir a palavra?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Sr. Ministro estava a responder e, no meio da intervenção, foi-lhe dado mais tempo.

O Sr. **Presidente**: — É verdade.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Como o Sr. Ministro não teve consciência disso, pergunto se ele pode continuar a sua resposta.

O Sr. **Presidente**: — É verdade que foi dado mais tempo. Portanto, o Sr. Ministro tem 51 segundos mais, faça favor.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, como estava a dizer, esta alteração que estamos a propor ao RJIES permite que as instituições realizem o seu potencial e estejam alinhadas com os desafios dos territórios, o que não acontece hoje.

De facto, ao longo do tempo, muito do impacto que elas conseguiram ter e que foi decisivo para as regiões já resultou de uma flexibilidade na oferta formativa que lhes foi sendo dada, o que faz com que hoje a ligação entre as universidades e o subsistema universitário politécnico seja um contínuo.

Nós já não temos, Sr. Deputado Porfírio Silva, as universidades de um lado e os politécnicos do outro. O Sr. Deputado quer regressar ao passado! Isso já não é assim no presente, e muito menos é aquilo de que o sistema de ensino superior precisa para o futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nesse caso, não é preciso haver universidades politécnicas!

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar à próxima intervenção, anuncio à Câmara que estão aqui presentes um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo, de Portimão; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Montenegro, de Faro; um grupo de alunos e professores da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, da Amora. Anuncio também que faz anos hoje a Sr.ª Deputada Eva Brás Pinho.

Aplausos gerais.

As palmas são extensivas à Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, pois não tinha aqui a indicação de que também é o seu aniversário.

Aplausos gerais.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega, para a sua intervenção.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No último artigo do RJIES, o último artigo do diploma que hoje aqui discutimos, ficou estabelecido que no prazo de cinco anos esta lei devia ser revista e avaliada. Não se passou um ano, nem dois, nem três, passaram-se 12 anos, e eis que estamos aqui a discuti-la.

Tenho cá para mim que esta é daquelas coisas mesmo à portuguesa. Os políticos estabelecem prazos, comprometem-se com números e com metas, mas depois nunca são capazes de os cumprir, e é muito importante que as pessoas que nos acompanham lá em casa, e estes jovens que enchem as nossas galerias, tenham conhecimento e noção disto. Os políticos, que são tão rápidos e diligentes a aumentar os seus salários, a negociar a subida dos combustíveis no Orçamento do Estado, são os mesmos que demoram anos e anos a aprovar as leis que são importantes para o futuro do País. Esta é a verdade que tem hoje aqui de ser dita.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Mas o Chega não se furta a esta discussão e, por isso, apresenta hoje uma proposta para rever este diploma, uma proposta que pretende responder à verdadeira e mais profunda das crises que o sistema de ensino superior atravessa. Reconhecemos que a crise do sistema não é só de natureza burocrática, administrativa ou financeira, é uma crise cultural, é uma crise civilizacional, é uma crise epistemológica, é uma crise do conhecimento.

É em resposta a isso que assumimos que deve ser valorizada a autonomia, a sustentabilidade, a eficiência e a democraticidade nas instituições. E deve ser valorizada, não só na letra da lei, mas sobretudo na prática, nos órgãos de Governo e de gestão, nas finanças e no património, na pedagogia e na ciência.

Não, Srs. Deputados, não deve ser o Estado a impor. Devem ser as instituições, deve ser quem está no terreno e quem melhor conhece a decidir sobre o futuro das suas instituições.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Precisamos também de uma lei menos burocrática, de uma lei estável no tempo, de longo alcance temporal e que mereça o consenso alargado das três maiores bancadas desta Casa.

Não podemos continuar a permitir que o tempo da ciência esteja refém do tempo dos políticos. Durante anos demais, permitimos que a classe política capturasse e subjugasse aquilo que é a investigação científica e aquilo que é a academia em Portugal.

Hoje, temos o dever de afirmar perante o País que esse tempo acabou em Portugal.

Aplausos do CH.

Da nossa parte, Srs. Deputados, o Chega aqui estará, como sempre está, para sermos construção, para sermos correção e, acima de tudo, para sermos solução.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista, para uma intervenção.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O atual regime jurídico das instituições de ensino superior, RJIES, foi, no momento da sua criação, em 2007, um diploma verdadeiramente inovador. Implementado pelo antigo Ministro José Mariano Gago, sob a governação do Partido Socialista,…

Aplausos do PS.

… representou um marco decisivo no enquadramento jurídico do ensino superior e na consolidação da investigação em Portugal. Promoveu uma maior autonomia e flexibilidade das instituições, permitiu-lhes definir os seus próprios objetivos pedagógicos, científicos e financeiros e introduziu um modelo de governação mais eficiente e mais aberto à sociedade, com a criação de órgãos como o Conselho Geral.

O RJIES reforçou a avaliação contínua das instituições, uma ferramenta fundamental que incentiva a melhoria da qualidade pedagógica e científica, e estimulou ainda a internacionalização das instituições e a sua colaboração com o setor privado e científico, alinhando-as às exigências da globalização e da inovação.

Desde então, o diploma sofreu várias alterações, tendo a terceira e última decorrido no âmbito da Lei n.º 16/2023, de 10 de abril, que estabeleceu a possibilidade da concessão de grau de doutor no subsistema de ensino superior politécnico e introduziu a categoria de universidades politécnicas.

Em 2023, o Governo criou uma comissão independente com o objetivo de proceder à avaliação da aplicação do RJIES e foram criados grupos de trabalho, tendo recebido diversos contributos nas diversas audições a entidades relevantes na área do ensino superior.

A presente iniciativa resulta, assim, de um trabalho colaborativo e assenta em três grandes dimensões: valorização do sistema binário, reforço da democraticidade das instituições e fortalecimento da sua autonomia financeira e patrimonial.

Quanto ao primeiro pilar, o da valorização do sistema binário, a diversidade institucional é um dos pontos fortes do nosso sistema. Valorizar o sistema binário não significa hierarquizar, mas reconhecer perfis distintos e igualmente exigentes. Por isso, clarificam-se requisitos para universidades, institutos universitários, universidades politécnicas e institutos politécnicos, definem-se regras claras para a criação de unidades orgânicas e ajusta-se o regime de instalação das instituições. Reforça-se a diferenciação de missões: a integração entre universidades e politécnicos só ocorre em condições excecionais e fundações, ou fusões, com IES (instituições de ensino superior) privadas não são permitidas.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Quanto ao segundo pilar, o da democraticidade, o reitor passa a ser eleito diretamente e é eliminada a competência do conselho geral na organização do procedimento eleitoral. Devem ser cumpridos os critérios de ponderação que garantam o envolvimento e a participação dos diferentes corpos e de diferentes unidades orgânicas, designadamente as de menor dimensão. Pelo que, quer para a eleição do conselho geral, quer para a eleição do reitor, apresentamos os seguintes critérios de ponderação: 45 % de professores e investigadores, 25 % de estudantes, 15 % de pessoal técnico e administrativo, e 15 % de membros externos, sendo estes cooptados segundo regras claras e exigentes.

Quanto ao terceiro pilar, o do fortalecimento da autonomia patrimonial e financeira, a autonomia é condição fundamental para as instituições modernas e competitivas. Portanto, este projeto procura remover constrangimentos à gestão das instituições que a experiência revelou desnecessários e desfavoráveis à prossecução das missões acometidas a estas instituições. Assim, a alienação, a permuta e a oneração deixam de carecer de parecer conjunto do Ministério das Finanças e do ministério da tutela, e as instituições podem utilizar os saldos de gerência, até 15 % do orçamento, para a realização de despesas em projetos de investimento e amortizar a dívida.

Sr.as e Srs. Deputados, a revisão do RJIES estrutura uma visão do futuro, reforçando-se o papel do Conselho Coordenador do Ensino Superior, responsável por definir a estratégia nacional a 12 anos, articulando-se com as estratégias regionais. O novo RJIES prevê, ainda, o reconhecimento do estatuto do estudante empreendedor, a regulamentação da figura do provedor do estudante e a regulamentação dos consórcios institucionais.

Sr.as e Srs. Deputados, com esta revisão, o Partido Socialista reafirma uma visão estratégica e responsável para o ensino superior: um sistema mais diverso, mais democrático, mais autónomo e mais bem preparado para responder às necessidades de um país; um ensino superior que continua a ser o motor de desenvolvimento económico, social e científico.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP traz a debate uma proposta de alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior que rompe com as atuais opções e que avança no sentido de uma efetiva autonomia e gestão democrática das instituições de ensino superior.

A existência de dois subsistemas de ensino, apesar de atribuírem os mesmos graus académicos, só tem contribuído para a perpetuação de desigualdades com critérios diferenciados, que tem levado à desvalorização do ensino superior politécnico e à sua estigmatização.

Propomos um sistema único no ensino superior, que elimine, de uma vez por todas, a separação artificial entre universitário e politécnico e considere as instituições de ensino superior, respeitando e mantendo as características e especificidades de cada uma, como instituições de alto nível, orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, conhecimento, ciência e tecnologia.

Propomos o fim da natureza privada das instituições de ensino superior, com a revogação do regime fundacional. A transformação das instituições em fundações insere-se na estratégia de privatização e mercantilização em curso, de subalternização do interesse público e das instituições em função dos interesses privados das entidades externas que integram os respetivos órgãos, o que, associado ao insuficiente financiamento devido à crescente desresponsabilização do Governo, tem obrigado as instituições a procurar o financiamento através de candidaturas ou de financiamentos privados, deixando-as reféns de interesses que não são os seus.

Na prática, não há uma verdadeira autonomia de gestão, de definição de prioridades, nem no plano da investigação científica. Além disto, o regime fundacional foi um facilitador para atacar os direitos dos trabalhadores, abrindo a porta aos contratos individuais de trabalho e à precarização dos vínculos laborais.

Propomos uma verdadeira gestão democrática das instituições de ensino superior, com a participação efetiva de professores e de investigadores, de trabalhadores e de estudantes, e, designadamente, a substituição do conselho geral pelo senado, eliminando a presença de membros externos e incluindo, como membros deste órgão, os trabalhadores, aumentando também a participação dos estudantes.

É instituída a assembleia da instituição, órgão alargado com a participação dos diversos grupos, com a responsabilidade de eleger o reitor. O que se verifica hoje nas instituições é um empobrecimento democrático, com a desconsideração dos trabalhadores e a reduzida participação dos estudantes.

A proposta de alteração do RJIES não está desligada da necessidade de o Governo assegurar o financiamento das instituições através do Orçamento do Estado. Isso, sim, é condição para uma verdadeira autonomia administrativa e financeira que, entre outras, permita a contratação de pessoal, tendo em conta as necessidades permanentes, com vínculos efetivos e estáveis.

Também não está desligada do caminho para uma efetiva gratuidade no ensino superior, com a eliminação das propinas, taxas e emolumentos e o reforço da ação social escolar.

A proposta de lei do Governo acentua os problemas das instituições, aprofundando o sistema binário, numa linha de desvalorização do ensino politécnico ao dirigi-lo, sobretudo, para a formação a nível de ciclos curtos de ensino superior e de licenciatura, enquanto a formação avançada a nível de mestrado e doutoramento é encaminhada para o ensino universitário, apesar de ambos os níveis de ensino poderem ministrar licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Esta proposta não garante uma efetiva participação dos diversos grupos nos órgãos de gestão e abre a eleição do reitor, ou do presidente, a antigos estudantes, cujo peso é superior ao do pessoal técnico especialista e de gestão, para além de aprofundar o regime fundacional.

O caminho não é o de acentuar o problema. A solução passa pela efetiva autonomia, financiamento e gestão democrática das instituições de ensino superior, como o PCP propõe.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, para uma intervenção.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é também para falar sobre o projeto que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

Dezoito anos depois da primeira alteração estrutural ao RJIES, podemos avaliar o caminho que foi escolhido — um caminho de menos democracia nas universidades, desde logo com menos representatividade de alunos, trabalhadores, professores, investigadores, mas também um caminho de maior precariedade, aliado a uma lógica empresarial e mercantilizante do ensino superior e da investigação, muitas vezes disfarçada com o objetivo da autonomia das instituições de ensino superior.

Qual é a proposta do Governo e por que caminho quer ir o Governo? Em primeiro lugar, quis aumentar, desde logo, as propinas, mas não o conseguiu fazer aqui. Chegou a prever o endividamento estudantil numa alteração ao RJIES e depois escondeu a mão da proposta que tinha feito. Mas, no geral, insiste precisamente

no mesmo modelo que mercantiliza, que trata o ensino universitário como se fosse uma empresa e que subjuga os interesses da investigação e do ensino livre e de qualidade aos interesses do mercado, como se não houvesse outro objetivo para a qualificação e para a procura do conhecimento.

Este é um modelo que afasta o ensino superior de um ideal que defendemos, que é um ideal de ensino superior de qualidade, democrático, aberto e independente — independente! Não queremos universidades que parecem *lobbies* de aeroportos, como acontece, neste momento, em muitas universidades públicas, que é só escolher a sala que é patrocinada pela empresa X ou o auditório patrocinado pela empresa Y — em universidades públicas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o Fabian!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Qual é a independência do ensino lecionado numa universidade em que cada sala é patrocinada pela sua empresa, como se fosse uma sala de espetáculos ou um qualquer espaço comercial?

Protestos de Deputados do CH e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como o Louçã a dar aulas!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, Srs. Deputados, é com base nestes princípios de democracia, qualidade, independência e abertura que apresentamos a nossa alteração ao RJIES.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha tempo para esclarecer.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, antes de iniciar, permitam-me uma saudação aos muitos jovens que aqui estão. Afinal, este debate é vosso e para vós, um debate que aponta para o futuro, e cada um destes jovens que aqui está representa o futuro de que a Nação necessita.

Aplausos do CH.

Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, hoje abordamos um assunto fundamental: o ensino superior e o RJIES, um documento que, como sabemos, deveria ter sido revisto em 2012, e estamos em 2025. Parece que estiveram à espera do Chega para apresentar um projeto.

Protestos de Deputados do PSD.

Estamos hoje a assistir a um debate digno do canal RTP Memória, com uma esquerda unida que esteve no poder durante anos e não fez a revisão, e um PSD que esteve na oposição e não apresentou solução.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr.ª Deputada, temos a debate uma série de projetos e há documentos para todos os gostos. A propósito daquilo que é o essencial para o ensino, o saber e o conhecimento, destaca-se, de facto, que o projeto do Bloco de Esquerda tem zero referências — zero referências! — para o saber e o conhecimento, o que mostra as prioridades deste partido.

Em 11 páginas há zero referências para saber e conhecimento, mas há três referências para género. Para o Bloco de Esquerda não há nada mais importante do que flotilhas e género.

Risos e aplausos do CH.

Na sua agenda da ditadura da loucura sobre género, no artigo 81.º, página 6, está escrito, e passo a citar: «Para efeitos desta lei, entende-se por critério de paridade de género a representação mínima de 40 % de cada sexo nas listas.» A primeira pergunta é simples: afinal, quantos géneros há? Serão 30, 50, 80 ou mais? Género, Sr.ª Deputada, aprende-se nos primeiros anos da escola, na gramática.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — São obcecados!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — No entanto, na mesma frase, falam em sexo, o que nos leva a outra pergunta: afinal, há sexo ou há género? E sexos, quantos há? No meu tempo, em tempos de normalidade e seriedade, havia dois: masculino e feminino.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr.ª Deputada, sexo é biologia, género é ideologia.

Ainda a propósito do vosso projeto, há uma deriva ideológica totalitária dos alunos, como se fossem eles a mandar nas universidades e os professores a obedecer. Isto, Sr.ª Deputada, ainda é Portugal, não um acampamento do Bloco com confusão total.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do L e contraprotestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O JPP defende nesta matéria o que expôs na proposta de alteração apresentada ao Governo, que é um ensino superior mais previsível no financiamento, mais responsável na gestão e mais próximo dos territórios e das pessoas.

O financiamento das instituições públicas deve assentar em contratos-programa plurianuais, com metas claras de desempenho e coesão territorial, e qualquer decisão nacional, de aumentos salariais ou alterações fiscais, deve ter compensação automática, para não estrangular orçamentos já fragilizados.

Neste âmbito, a Universidade da Madeira beneficiaria, assim, de contrato-programa plurianual, reforço de orçamento, diversificação da oferta formativa, serviços comuns, alojamento estudantil e centros de investigação e transferência de conhecimento.

Quero referir, ainda, que é também essencial reforçar a dimensão humana, garantindo serviços mínimos de apoio psicológico e saúde mental, combatendo o assédio, como propõe o Provedor do Estudante.

Finalizo, dizendo que o JPP defende autonomia com responsabilidade, transparência com exigência e um ensino superior ao serviço do interesse público e da coesão do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, lamento desiludir-vos, mas vou mesmo falar do RJIES.

O RJIES, que data de 2007, precisava de uma atualização urgente e que fosse suficientemente abrangente. Temos de reconhecer que esse trabalho foi feito e, por isso, a Iniciativa Liberal vai acompanhar esta proposta do Governo, que agregou muitos dos nossos contributos.

Ainda assim, vamos apresentar propostas de alteração em sede de comissão, que serão afinações cirúrgicas, pois consideramos que o RJIES pode ficar ainda melhor, para mais depois daquilo a que assistimos, com a novela protagonizada entre o reitor e o diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — O reforço da autonomia e da responsabilização é fundamental para que os pequenos poderes e os respetivos egos não minem as grandes instituições, como foi o caso da Universidade do Porto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Até porque as pessoas passam, mas as instituições ficam.

Com este novo RJIES, passarão a ser transferidas para os órgãos das instituições de ensino superior decisões de gestão corrente que até agora eram dependentes da intervenção governamental, o que não era mais do que uma visão estatista do ensino superior. Esse é um dos pontos positivos que, estamos certos, serão promissores para as nossas universidades e para os nossos politécnicos.

No entanto, para a Iniciativa Liberal, há quatro aspetos que poderão ainda ser melhorados, pelo que apresentaremos alterações em sede da Comissão de Educação e Ciência, no que diz respeito à duração do mandato do reitor e à figura do provedor do estudante, que não deve ter um modelo singular, mas colegial — e quando falo em colegial, não é na sua eleição, porque isso está previsto, mas no seu funcionamento.

Outro aspeto tem a ver com a prevenção da endogamia, que é muito importante, sem sombra de dúvida, mas que não pode pôr em causa as instituições, que poderão estar a ter uma menor capacidade de atração de alunos e que, eventualmente, terão de reajustar as suas estratégias e oferta. Por isso, precisam de ter alguma flexibilidade para responder aos ajustamentos que poderão ter de fazer, ainda para mais depois dos números que acabámos de conhecer e que nos dizem que é no interior que parte desta quebra acontece.

Por último, mas não menos importante, temos a representatividade dos diferentes órgãos, nomeadamente do conselho geral, que não pode deixar de ter membros externos, e bem, como está proposto, que tragam a economia, a indústria, a cultura e a sociedade para dentro da academia, mas onde o pessoal não docente não pode ser menorizado.

Esta proposta do RJIES fez um esforço para abarcar os diferentes contributos recebidos — com muitos contributos liberais —, um esforço que a Iniciativa Liberal reconhece. Por isso trabalharemos, na comissão, para que este documento fique ainda melhor.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega, a quem dou a palavra. Dispõe de 45 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, eu nem era para fazer este pedido de esclarecimento, mas atendendo a que a Sr.ª Deputada disse que há partidos que não vêm falar do RJIES, estava aqui à procura, à procura, à procura nos vários projetos que foram apresentados e não encontro nenhum projeto da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Portanto, a grande questão que tenho para colocar é: onde é que estão as ideias da Iniciativa Liberal?

Protestos da IL.

Este debate estava agendado, toda a gente sabia que ele ia existir, mas a Iniciativa Liberal não apresentou nenhuma iniciativa legislativa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do Deputado da IL Miguel Rangel.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — A pergunta que eu gostava de fazer tem a ver com a politização das instituições de ensino superior, uma questão que a todos preocupa e que o Chega, desde há largos anos, desde a sua fundação, tem denunciado.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Tens de ouvir antes de falar!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E o Sr. Deputado tem de ouvir também!

Aplausos do CH.

A questão que eu gostava de colocar é: como é que a Iniciativa Liberal quer corrigir…

Protestos da IL.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Assim não vai conseguir acabar a pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o relógio está parado.
Sr. Deputado, tem 5 segundos para terminar.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Se me deixarem, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há quem tenha telhados de vidro, por isso…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não é assim! Também não é assim!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Muito rapidamente, quero apenas perguntar como é que a Iniciativa Liberal pretende combater a politização das instituições de ensino superior.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, acho que falei português, portanto, não percebo como é que o Sr. Deputado faz uma intervenção destas,…

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — … que denota claramente que não ouviu aquilo que eu disse.

Protestos de Deputados do CH.

Houve contributos da Iniciativa Liberal que o Governo incorporou nesta proposta do RJIES.
Nós não somos populistas. Quando o trabalho está mal feito, está mal feito. Quando o trabalho está bem feito, está bem feito. Nós reconhecemos que este trabalho foi bem feito e vamos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — A sessão de leitura vai começar!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Ao menos sei ler!

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se queremos transformar Portugal através do conhecimento, da ciência, da inovação e da transição ecológica, então, precisamos de instituições do ensino superior fortes, autónomas e democraticamente governadas.

Em primeiro lugar, queremos falar da autonomia universitária. Qualquer revisão do RJIES deve reforçar esta autonomia e não fragilizá-la ou introduzir incertezas que comprometam a missão das universidades e dos politécnicos.

Em segundo lugar, falemos da democracia interna e, de forma muito particular, da composição do conselho geral. O Governo propõe que cada corpo representado tenha entre 10 % e 50 %. À primeira vista, isto parece flexibilidade, mas na verdade significa que o peso mínimo possível para cada um dos corpos é de apenas 10 %, o que tem o potencial de criar problemas sérios. É demasiado pouco para quem trabalha diariamente nas instituições, como os docentes, os investigadores, até mesmo os estudantes, os técnicos e os funcionários. Atribuir-lhes um mínimo de apenas 10 % não reconhece a centralidade destas pessoas. Ao mesmo tempo, 10 % é excessivo para personalidades externas, cujo contributo pode ser relevante, mas que não têm ligação de presença e responsabilidade diária na instituição comparável aos corpos internos. A mesma percentagem mínima produz, pois, injustiça nos dois sentidos: pode subrepresentar quem está dentro e sobrerrepresentar quem está fora. A isto junta-se a amplitude total entre 10 % e 50 %, que pode levar a modelos de governação profundamente diferentes entre instituições públicas, algo que não é aceitável num sistema financiado coletivamente e que deve assegurar coerência e equilíbrio.

Por isso, defendemos percentagens claras, equilibradas e uniformes, que garantam um peso significativo dos docentes e investigadores, uma representação forte dos estudantes, a valorização do pessoal técnico e de gestão e uma participação externa dos membros cooptados, proporcional e equilibrada. Um conselho geral equilibrado é a base para instituições responsáveis, transparentes e democraticamente legitimadas.

Em terceiro lugar, falemos da justiça social. Será que o Governo melhorou o documento no que toca ao acesso e à frequência no ensino superior? A resposta é não.

Apesar de o Orçamento do Estado ter impedido o aumento das propinas, este Governo continua com a sua ideia liberal de endividar os estudantes para o resto da vida e continua a considerar que só os estudantes economicamente carenciados, com um adequado aproveitamento escolar, devem ser discriminados positivamente. Quem, por passar frio em casa, por não ter casa, por não ter dinheiro, não tiver bom aproveitamento, não tem direito a um elevador social que funcione.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Agora a razão!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Ministro, convém enquadrar o tempo em que decorre esta reforma. Isto porque vimos o Partido Socialista a citar o nome de Mariano Gago, mas a verdade é que o Partido Socialista não esteve à altura do trabalho e do legado de Mariano Gago.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Ao longo de todos estes anos, o Partido Socialista escolheu não transformar, não reformar, não rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não diga mal do ensino superior!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É verdade! Poderiam ter estado à altura, mas não estiveram. No fundo, nada foi mudado, para que tudo ficasse na mesma.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não tenha inveja do que os outros fizeram. Façam o vosso trabalho!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por isso, a pergunta que subsiste é a de saber a quem é que interessou a manutenção deste regime jurídico tal e qual como ele está.

O certo é que vimos que as instituições de ensino superior continuam fechadas sobre si próprias, reféns de lógicas internas. Vimos que os conselhos gerais ficaram muitas vezes reféns de interesses que não o interesse máximo das suas instituições.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Vimos que a endogamia manteve circuitos fechados e ideias uniformes, e também vimos instituições que se mimetizaram em vez de se diferenciarem.

Além disso, nos últimos tempos, no Parlamento, ficou evidente que há instituições que criaram problemas a si próprias, que não tiveram a capacidade de os resolver, tendo depois a tutela sido chamada a intervir sem que essa fosse a sua vontade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Está a dar lições ao ensino superior?!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Portanto, fica muito claro que a reforma é indispensável, que a reforma é inadiável.

No entanto, é igualmente importante observar o modo como esta reforma está a ser conduzida, porque este é um Governo de diálogo e esta proposta foi construída com base numa ampla participação dos dirigentes das instituições, dos docentes, estudantes, sindicatos, de todas as entidades externas. Mas os partidos com assento parlamentar foram também chamados a apresentar os seus contributos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Pensam que só vocês é que falam com as instituições?!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por isso, a nossa expectativa é a de que, no processo de especialidade, haja um sinal de lealdade institucional — a lealdade que o Governo teve para com os partidos e os grupos parlamentares —, para que esta proposta não seja desvirtuada.

Embora não queiram reconhecer, é cada vez mais evidente, quer na proposta do Chega, quer na proposta do Partido Socialista: é cada vez mais aquilo que vos une do que aquilo que vos separa.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Isso é visível não só em relação a estas propostas de revisão do RJIES, mas também quando, muito recentemente, se uniram para travar o descongelamento das propinas e assim tornar as instituições de ensino superior mais dependentes do Estado. Esta verdade também tinha de ser dita ali, daquela tribuna.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Pois, dependência!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ficam dependentes do ministro por causa das propinas!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O que se pretende é que se reconheça aqui que o processo em sede de especialidade não é um laboratório para experimentalismos ideológicos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Isto é um Parlamento, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — E que não seja visível que se pretende usar o processo de especialidade para fazerem o que não tiveram coragem de fazer quando estavam a governar. É muito importante que do processo de especialidade não saia uma lei-remendo, não saia uma manta de retalhos.

O que é preciso é coerência, é visão. É essa exigência que as instituições de ensino superior esperam desta Assembleia.

Por conseguinte, que se aproveite esta fase para aperfeiçoar, para melhorar a proposta do Governo, e não para desvirtuar aquilo que nos foi apresentado na perspetiva do reforço da autonomia, da devolução de competências que hoje estão centralizadas no Governo e ainda mais da democracia para as instituições de ensino superior, da reconfiguração do papel dos conselhos gerais e da flexibilização do sistema binário. Nesta matéria veem-se igualmente as contradições e as incoerências do Partido Socialista, que, em 2023, defendeu que os politécnicos pudessem outorgar doutoramentos.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Contradições em quê?!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — As contradições são evidentes.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Valha-me Deus! Haja seriedade no debate!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Portanto, ficará muito claro neste debate quem é que está a favor da mudança e quem é que está aqui para bloquear a mudança. Saibamos estar à altura!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Um bocadinho de seriedade no debate também dava jeito!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, dispondo de 31 segundos, a Sr.ª Deputada Rosa Cruz, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Projeto de Lei n.º 83/XVII/1.ª visa resolver um vazio legal criado com a extinção das assembleias distritais, que transferiu por imposição legislativa a titularidade de instituições para comunidades intermunicipais, sem lhes conferir as competências necessárias à sua gestão.

No caso do Instituto Superior Miguel Torga, em Coimbra, esta transferência ocorreu em 2014, ao abrigo da Lei n.º 36/2014. A comunidade intermunicipal da região de Coimbra assumiu essa titularidade, mas tem enfrentado limitações jurídicas e administrativas.

Este projeto de lei apenas quer clarificar e regularizar uma exceção que o próprio legislador criou. Este diploma vai fazer com que uma entidade pública possa cumprir integralmente a missão que lhe foi atribuída e assegurar a estabilidade institucional de segurança jurídica…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, vamos passar à intervenção de encerramento.

Sr. Ministro da Educação, tem a palavra. Dispõe de 2 minutos e 3 segundos.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostava de salientar a importância que tem este Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

O Sr. Deputado Paulo Núncio perguntou como é que os sucessivos atrasos na aprovação prejudicaram a reforma que está em curso no Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

A resposta é que prejudicaram sobretudo o sistema, porque, como basicamente estas são as fundações do sistema, ou seja, este é o enquadramento institucional no qual as instituições desenvolvem as suas estratégias, as suas atividades, todas as outras alterações que estamos neste momento a realizar — nomeadamente ao decreto-lei dos graus e diplomas, à lei da ciência — são influenciadas. O estatuto da carreira docente universitária e do ensino politécnico, que também gostaríamos de rever, todos eles dependem do que acontecer a este diploma.

Por isso, gostava de salientar que, de facto, o XXV Governo Constitucional não se limitou a trazer novamente à Assembleia a proposta que já tinha trazido em fevereiro de 2024. Voltámos a ouvir todas as entidades, ouvimos todos os partidos e introduzimos propostas de todos os partidos, precisamente porque entendemos que esta é uma questão estrutural que não deve ser partidária.

Aliás, penso que há, obviamente, visões diferentes e que esta proposta que está agora em discussão — o que mostra a abertura do Governo para mudar e para tentar melhorar — é diferente daquela que trouxemos em fevereiro de 2024.

Aquilo que as instituições de ensino superior e o País esperam — porque as instituições de ensino superior são absolutamente decisivas para o desenvolvimento dos territórios e para o desenvolvimento do nosso País — é que, de facto, consigamos chegar a um entendimento. O sistema político, o Governo, fez a sua parte e agora o Parlamento fará a sua, para que possamos ter um documento, um regime jurídico das instituições de ensino superior que esteja à altura daquilo que as nossas instituições merecem, pelo percurso que fizeram ao longo das últimas décadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar ao ponto dois da ordem do dia. Penso que me posso despedir do Sr. Ministro da Educação e dos restantes membros do Governo.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em trânsito o favor de transitarem ou de se sentarem, para poder dar a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

Pausa.

Srs. Deputados, pedia o favor de se sentarem.

Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São quatro dias de trabalho! É menos um dia de trabalho! O Rui Tavares não está a cumprir os quatro dias de trabalho!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Concidadãos e Concidadãs nas galerias: Há poucos bens mais preciosos do que o tempo; o tempo que passa por todos nós e que não volta atrás. A garantia de uma vida bem vivida é a de uma vida com o tempo bem aproveitado.

São antigas as lutas pelo direito ao tempo — pelos sindicatos, pelos trabalhadores, pelas famílias, pelas pessoas. Temos como base da nossa organização dois dias de fim de semana ou 40 horas semanais, que foram conquistas árduas de milhares de pessoas por todo o mundo, e a elas muito devemos.

Hoje, em pleno século XXI, é tempo não de precarizar o trabalho, não de tornar mais instáveis e imprevisíveis as vidas das pessoas que trabalham e das suas famílias, mas é, sim, o tempo de tornar o trabalho mais recompensador e mais equilibrado com o resto da nossa vida.

Hoje demoramos segundos a fazer coisas que antes nos demoravam horas ou mesmo dias. Porque é que não usamos a evolução tecnológica para nosso benefício coletivo também no direito ao tempo?

E é aqui que entra a semana de quatro dias. Parece uma miragem. Mas também a semana de trabalho de cinco dias parecia e agora aqui estamos.

Mas, se a ideia de uma semana de quatro dias parece disruptiva, porque é que não a testamos? Acho que todos concordamos que a melhor forma de fazer política pública é baseá-la em dados, em testes, em conhecimento científico.

O projeto-piloto da semana de quatro dias no setor privado foi feito em 2023, por proposta do Livre, e os resultados são absolutamente extraordinários: são 41 empresas, mais de 1000 trabalhadores reduzindo as horas semanais sem perda de ordenado. As dificuldades de conciliação dos trabalhadores com a sua vida pessoal caíram de 46 % para 8 %, a exaustão diminuiu 19 %, a ansiedade 21 %, a fadiga 23 %, os problemas de sono 19 %. E as empresas? A produtividade aumentou, e de tal forma que a taxa de aprovação foi de 95 % por parte das empresas, e 80 % adotaram a semana de quatro dias de forma permanente.

São inegáveis os benefícios para os trabalhadores e também para as empresas. E a Organização Internacional do Trabalho confirma-o: horários mais reduzidos e previsíveis melhoram a saúde, o lazer e o tempo com a família dos trabalhadores.

Após este projeto no setor privado, a experiência estava prevista continuar. Aliás, foi feito um inquérito na Administração Pública a 14 000 trabalhadores que mostrou que estão favoráveis a testar a semana de quatro dias, desde que acompanhada com redução de burocracia, melhores equipamentos e digitalização.

Mas a tomada de posse do Governo da AD interrompeu esta experiência. O Governo recusa-se a testar, a experimentar, a estudar; isto num Governo que tem um Ministério designado da Reforma do Estado. É um Governo que está em contraciclo com o que se faz no mundo — na Islândia, em Espanha, no Reino Unido. Está, até, em contraciclo com o Governo da própria AD, nos Açores, que vai testar a semana de quatro dias na Administração Pública regional durante o próximo ano.

Num país onde continuamos a trabalhar horas demais, com enormes problemas de saúde mental, onde se dorme mal, onde as pessoas não têm os filhos que gostariam de ter, também por falta de tempo, não é compreensível a recusa em testar — e repito, testar! — uma nova organização do trabalho em quatro dias sem perda de ordenado.

Hoje, esta Assembleia tem a oportunidade de dar o sinal ao País e ao Governo de que, sim, valoriza o tempo das pessoas e das famílias e de que, sim, a semana de quatro dias deve continuar a ser testada.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares já está a fazer testes!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Deve estar constipado!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem três pedidos de esclarecimento e tem 43 segundos para responder.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Livre volta a brindar este Parlamento com a sua alucinação da semana dos quatro dias. Mas atenção, a proposta do Livre prevê redução do tempo de trabalho, mantendo o mesmo rendimento.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso não é possível!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Gostaria de lembrar uma coisa aos Deputados do Livre: os Srs. Deputados sabem qual é a única maneira de reduzir o tempo de trabalho mantendo o mesmo rendimento? É aumentando a produtividade. Caso contrário, estamos a empobrecer o País.

Srs. Deputados, será que ainda não entenderam? Será que não entenderam ainda que o nível de produtividade, em Portugal, é muito inferior ao nível de produtividade dos países que já implementaram,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Os salários também são inferiores!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mesmo a título de experiência-piloto, a semana dos quatro dias?

Do que Portugal precisa, verdadeiramente, é de aumentar a produtividade e de aumentar o crescimento económico, para termos um Estado social cada vez mais sustentável.

Protestos da Deputada do PS Joana Lima.

Mas, para termos mais produtividade, para podermos ter mais crescimento económico, é preciso adotar um conjunto de medidas contra as quais o Livre sistematicamente vota.

Quer que sugira algumas? Olhe, o prémio de desempenho isento de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e de contribuições para a Segurança Social; a redução generalizada do IRS e do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas); incentivos fiscais à inovação;…

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

… combate à burocracia. São tudo medidas propostas por esta maioria ou pelo Governo em que o Livre vota sistematicamente contra.

Por isso, Sr.ª Deputada, a única pergunta que lhe posso fazer é a seguinte: será que se os Srs. Deputados do Livre dedicassem cinco dias, em vez de quatro, à análise das vossas propostas,…

Risos da Deputada do CH Rita Matias.

… não chegariam à conclusão lógica de que esta vossa proposta contribui para o empobrecimento do País e isso prejudica o Estado social?

Aplausos do PSD.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, do Chega.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, o Chega já se habituou à criatividade da esquerda, mas esta do Livre supera-se: trabalhar menos para produzir mais.

O Projeto de Resolução n.º 36/XVII/1.ª quer impor quatro dias de trabalho sem cortar salários — uma fantasia que nenhuma PME (pequena e média empresa) portuguesa consegue suportar.

Num país onde o turismo pesa 16 % do PIB (produto interno bruto) e onde o verão concentra mais de metade das dormidas no Algarve, cortar 20 % do trabalho só pode significar preços a subir, serviços em declínio e empresas a fechar. No setor público, se hoje já é difícil encontrar serviços abertos à sexta-feira, imaginem com esta medida — o caos passa a ser política oficial.

Os exemplos estrangeiros que apresenta são irreais ou incomparáveis com Portugal. Não sustentam esta aventura.

Parece uma piada, mas não é — o Livre acredita mesmo que o País vai crescer se os portugueses trabalharem só quatro dias.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Acredita, sim! É o que diz o estudo!

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Talvez o próximo passo seja trabalhar três, ou dois, ou até chegarmos ao objetivo final: a semana de zero dias com rendimento garantido e férias permanentes.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Chega defende a conciliação, sim, mas com responsabilidade, produtividade e mérito, não com utopias que recompensam quem trabalha menos.

Por isso, deixo uma pergunta simples ao Livre: que serviços públicos ficam excluídos desta semana de quatro dias?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sabem lá responder a isso…!

Protestos do L.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Como garantem saúde, educação e justiça a funcionar sem comprometer os portugueses?

O País não precisa de menos trabalho, precisa de melhor trabalho.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se queres falar, fala aqui para a frente!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, a semana de quatro dias de trabalho convida os portugueses para uma festa muito bonita. Todos ficamos tentados a aceitar o convite.

De facto, não trabalhar uma segunda-feira ou não trabalhar uma sexta-feira é tentador, é realmente um encanto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que eles fazem as greves!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É irresistível até! Mas, tal como a cigarra — na fábula da cigarra e da formiga, de La Fontaine, do século XVII —, a esquerda anda toda distraída. E anda distraída porque tem as prioridades todas invertidas.

A Sr.ª Deputada não diz quem vai pagar a conta da festa. A conta é dividida por todos ou é por quem a paga?

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Vai perguntar ao Bolieiro!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Esta festa não faz parte agora das prioridades de Portugal. O País herdou do PS um índice de produtividade 28 % abaixo da média europeia. O País herdou do PS um nível salarial 35 % abaixo da média europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — O País herdou do PS e da geringonça um desemprego jovem de 22 %, com mais de 470 000 jovens a ir para o estrangeiro durante os oito anos de governação do PS.

Temos 2 milhões de pobres, mesmo com os apoios sociais. Temos um país com uma diferença salarial entre homens e mulheres de 14 % a 16 %. Isto é a herança da geringonça, é a herança do PS.

E a esquerda, perante isto, atua como uma cigarra?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Trabalhar menos um dia da semana, quase menos uma semana durante um mês, é isto, Srs. Deputados?

Não, Srs. Deputados, as nossas prioridades para o País são outras: a nossa prioridade é continuar a criar riqueza, desenvolver a economia e a competitividade de Portugal; a nossa prioridade é aumentar a riqueza dos portugueses.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Além do mais, este universo representativo é baixo, quer em termos de empresas, quer em termos de trabalhadores, quer em termos de funcionários. Teve muito pouca adesão. Não vale a pena sequer referir países mais avançados porque, primeiro, temos de criar riqueza como eles e só depois tomar medidas como esta.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Quem pagaria a conta, Sr.ª Deputada? Nós todos, através do Orçamento do Estado? Ou a Segurança Social, não aumentando, por isso, pensões para os mais desfavorecidos?

É preciso escolher: prefere o aumento de pensões ou um dia de semana sem trabalho?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É que os cantos da esquerda, como os cantos da cigarra, podem ser muito tentadores, mas são uma total ilusão nos tempos do Portugal de hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Ministra…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Ministra?! Ó Presidente, não diga isso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, ainda há duas horas defendeu um projeto-piloto no âmbito da redução do horário de trabalho dos pais — que não era necessário, porque já existe essa redução do horário —, mas espanta-me que agora não defenda o projeto-piloto da semana de quatro dias, para testarmos a semana de quatro dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares está a fazer isso!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Deputado Paulo Núncio e Sr. Deputado Joaquim Barbosa, relativamente aos argumentos que aqui trouxeram, consideram alucinação a semana de trabalho de 40 horas? Consideram alucinação uma semana de trabalho de cinco dias e de fins de semana de dois dias? É que esses argumentos que usaram — de que é preciso primeiro aumentar a produtividade e a riqueza do País —…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É preciso é trabalhar!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … eram exatamente os mesmos argumentos que eram usados para não descermos a semana de trabalho de 44 horas para 40,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… ou para termos a semana de cinco dias. Portanto, os argumentos são os mesmos que foram usados há 100 anos, há 50 anos, há 30 anos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Neste momento, o que pedimos — sabendo que também querem fazer políticas públicas com base em conhecimento científico — é que testemos…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … para depois podermos ter informação para implementar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema em Portugal não é que os portugueses trabalham pouco.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portugal é o País da Europa Ocidental com mais horas de trabalho.

Protestos do CH.

Portanto, a questão aqui não está nos horários que são muito curtos e que, portanto, têm de ser estendidos. Pelo contrário, a questão é perguntar como é que nós conseguimos, trabalhando menos, produzir mais.

Muitas vezes, a alteração dos modelos de trabalho contribui para aumentar a produtividade. A ideia de que a produtividade aumenta baixando os impostos…

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

… e que, depois, quando ela aumentar, se reduz o tempo de trabalho, não é factual, não tem relevância empírica. Pelo contrário, quando se alteram os métodos de trabalho é possível aumentar a produtividade.

Por isso, sim, é possível que, trabalhando menos horas, com mais qualidade, a produtividade aumente. A riqueza produzida por cada hora de trabalho aumenta face às longuíssimas horas de trabalho que estão associadas a problemas de exaustão, problemas de saúde mental, dificuldade de conciliação da vida pessoal com a vida laboral e grandes problemas, também, de faltas ao trabalho para tratar de assuntos de vida pessoal que não é possível tratar porque se trabalha demasiadas horas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aqui no Parlamento já se faz isso!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso, não há nada que diga que reduzir o horário de trabalho não beneficia a produtividade, sendo que, além disso, também traz muitos benefícios para a redistribuição de riqueza.

Há um economista que escrevia nos anos 30, chamado Keynes,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é muito à direita!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … que tem um artigo que se chama «Possibilidades económicas para os nossos netos», e o que ele previa era que, com a acumulação de produtividade e de inovação, a sociedade iria produzir riqueza suficiente para ser distribuída por toda a gente sem ser necessário trabalhar tantas horas. O problema a que Keynes se dedicava era qual iria ser a realização moral do ser humano não tendo de trabalhar tantas horas.

De facto, produzimos muito mais, há muito mais riqueza; só que ela é muito mais mal distribuída, ela não está bem distribuída. Reduzir o horário de trabalho mantendo salários é uma forma de redistribuir riqueza, de beneficiar a conciliação com a vida familiar e, no limite, sim, aumentar a produtividade.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aplausos só do Livre!

O Sr. **Presidente**: — Hoje em dia, há quem diga que o algoritmo vai também permitir que não tenhamos de trabalhar.

Risos do PSD, do CH e da IL.

E é um problema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, e o Rui Tavares e o Raimundo já começaram!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Rui Tavares já é o algoritmo!

O Sr. **Presidente**: — É um problema. Há quem tenha escrito sobre isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar é fundamental para darmos continuidade às políticas de proteção de família e de natalidade.

A natalidade deve ser um dos principais objetivos do Estado, porque é um dos principais desafios para o futuro de Portugal. E, para o CDS, o Estado deve garantir que quem deseja constituir família o possa fazer e que cada casal possa ter os filhos que assim pretender.

Por isso, no programa eleitoral da AD incluímos um conjunto de medidas para proteger a família e para promover a natalidade. Desde logo, desenvolvemos o programa Creche Feliz, universalizámos o pré-escolar, alargámos o regime das licenças de parentalidade, criámos um regime de incentivos fiscais para as empresas familiarmente responsáveis e criámos um sistema fiscal e um sistema de Segurança Social que pondera, efetivamente, o número de filhos por família e que dá benefícios fiscais às famílias numerosas.

Para o CDS, é muito claro: o papel do Estado não é substituir a família; pelo contrário, é defendê-la, protegê-la e apoiá-la. Por isso, não é aceitável que quem queira ter filhos não o possa fazer por motivos financeiros ou por motivos laborais.

A título de exemplo, foi notícia que em 2024 cerca de 2000 mulheres foram despedidas durante ou após a gravidez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi no Bloco!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é absolutamente inaceitável. Tenho para mim que só não foram mais porque o Bloco de Esquerda cada vez tem menos funcionárias.

Risos de Deputados do CH.

Em conclusão, diria, com o pouco tempo que tenho, que nenhuma mulher deve ter de escolher entre ter uma carreira bem-sucedida ou ter filhos. E a resposta, a solução, é uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. É isso que o CDS defende desde o início da sua existência e é isso que o CDS continuará a defender no Parlamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até ao fim! Até à sua morte!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a semana de quatro dias não é um tema menor, nem uma moda passageira. É uma forma moderna de organização do tempo de trabalho.

Burburinho na Sala.

Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Peço para parar o tempo.
Srs. Deputados…

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.
É, antes de mais, uma resposta a um problema real: o esgotamento dos trabalhadores e as suas dificuldades crescentes em conciliar a vida profissional, pessoal e familiar.
Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, deixem-me dizê-lo com clareza: a insinuação de um Deputado do Chega, ontem, neste Parlamento, de que a semana de quatro dias serve para as mulheres ficarem em casa a fazer marmitas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não! É o que está escrito no projeto!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … ofende profundamente todos os trabalhadores e todas as mulheres.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ler, Sr.ª Deputada, tem de ler! Não leu! É o que está escrito no projeto!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — E diz mais sobre…

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.ª Deputada faz a sua intervenção e depois os Srs. Deputados pedem os esclarecimentos. Agora a Sr.ª Deputada tem todo o direito a emitir a sua opinião.
Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Só a Filipa Pinto é que sabe ler!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — E tem direito a ter condições para ser ouvida.
Faça favor.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Como dizia, essa insinuação diz mais sobre quem a profere do que sobre o valor da medida em si.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não diga isso a ninguém!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — É precisamente para dar resposta aos trabalhadores e às empresas que hoje apresentamos um projeto de resolução claro, o de recomendar um programa com medidas que estimulem a expansão da semana de quatro dias — o alargamento a mais trabalhadores, a mais empresas, aos setores privados, público e social. Um alargamento a fazer de forma responsável e negociada, em função das diferentes realidades laborais, com apoios quando necessários, mas sempre sem perda de salário, porque tempo de vida não se compra com cortes de rendimentos ou perda de direitos; compra-se com respeito e dignidade.

Defendemos a semana de quatro dias porque trabalhamos com factos. E os factos são estes: o programa-piloto implementado pelo Governo socialista em 2003 funcionou, e funcionou bem, com muitas empresas a decidir mantê-lo após o término do projeto, reconhecendo benefícios vários em termos de absentismo, de motivação e de eficiência económica.

O projeto trouxe resultados que a direita insiste em ignorar: que a produtividade não nasce de jornadas intermináveis, de trabalhadores exaustos e de cortes nos direitos, mas antes de pessoas motivadas, saudáveis, qualificadas; nasce de inovação e nasce de consensos. É isso que o PS defende. É isso que outros países já estão a fazer.

Mas é isso que a direita recusa ver, porque continua agarrada ao passado e ao preconceito,…

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … agarrada a soluções do passado, como é o caso do projeto de revisão da legislação laboral.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Um Governo que tanto fala de modernidade, mas que não avança com medidas estruturais em termos de redução do tempo de trabalho e de reforço da conciliação. Pelo contrário, propostas como o regresso do banco de horas individual ou de horários desregulados para as famílias com crianças prejudicam a conciliação — situação que, aliás, o próprio Partido Social Democrata parece reconhecer, ao apresentar à última hora uma resolução instando vagamente o Governo a promover, em concertação social, um debate sobre a conciliação. É ou não o reconhecimento do fracasso do anteprojeto do Governo nesta matéria? Ou é uma mera tentativa, por parte do PSD, para mitigar o seu desinteresse por este tema?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Os anos de geringonça ficaram na gaveta?

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr.as e Srs. Deputados, Portugal tem de escolher: ficar presos a modelos ultrapassados que desgastam as pessoas ou avançar para um futuro socialmente mais justo e mais produtivo.

Para o Partido Socialista, a resposta é evidente. Sempre fomos nós a garantir processos decisivos no mundo laboral e sempre estaremos ao lado dos trabalhadores na defesa do trabalho digno. Assim, iremos viabilizar também outras iniciativas que vão no mesmo sentido do nosso projeto de resolução. É que, de facto, nenhum país — nenhum País! — progride verdadeiramente sem valorizar as pessoas e sem promover o trabalho digno. E, para nós, a semana de quatro dias contribui para essa dignificação.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Vânia Jesus, do Partido Social Democrata, para uma intervenção.

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O emprego está em níveis recorde, o desemprego em mínimos históricos, os salários sobem. Ainda assim, 35 % dos portugueses ganham abaixo da média europeia, a produtividade é baixa e o desemprego jovem persiste.

Foi neste contexto que as matérias laborais foram apresentadas no Programa do Governo da AD e sufragadas pelos portugueses,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não foram, não!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — … com o objetivo de melhorar os rendimentos dos trabalhadores e das empresas, por via do aumento dos salários e da baixa carga fiscal, mas também com o objetivo de melhorar a conciliação do trabalho com a vida pessoal e profissional.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — A conciliação do trabalho com a vida pessoal e profissional é hoje um dos temas mais mediáticos no âmbito da reforma laboral Trabalho XXI, porque é um tema que toca diretamente o bem-estar das famílias, a saúde dos trabalhadores e a produtividade das empresas.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — O País precisa de garantir um mercado de trabalho que seja um fator de competitividade e, ao mesmo tempo, de respeito e proteção da vida pessoal e familiar.

O desafio é exigente, bem sabemos, mas também sabemos que a melhor forma, o melhor método, para construir um modelo laboral que cumpra esse objetivo é através da concertação social, ouvindo representantes dos trabalhadores e associações patronais, em que todos — repito, todos, empresários e trabalhadores — não se afirmam como antagonistas num qualquer acerto de contas da história, mas sim como forças convergentes, com pontos de vista diferentes, sim, mas com sentido de compromisso e realidade que faça o País avançar.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Por isso, o que o PSD propõe é de fácil entendimento: que o Governo mantenha o diálogo com os parceiros sociais, identifique boas práticas e apresente soluções modernas, eficazes e alinhadas com as diretrizes europeias — soluções que reforcem horários compatíveis, licenças equilibradas e formas de flexibilidade laboral que não destruam produtividade nem competitividade.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — E é isso que deve chegar a este Parlamento: legislação madura, refletida e negociada.

Hoje discutem-se também propostas sobre a redução do tempo de trabalho. São aparentemente generosas, é verdade.

Uma semana de quatro dias soa bem a qualquer trabalhador. Mas legislar é garantir sustentabilidade, equilíbrio e seriedade.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece que é do Chega!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — E as propostas apresentadas falham em tudo isso: não têm base técnica sólida, baseiam-se num projeto-piloto lançado pelo Governo socialista, que foi amplamente criticado pela fraca adesão

e ínfima representatividade de empresas e serviços públicos, que não permite tirar conclusões sólidas para todo o mercado de trabalho; ignoram setores onde a redução não é possível; não apresentam um estudo de impacto económico; não dizem quem paga — se pagam as empresas, se paga o Orçamento do Estado —; não dizem como se reorganizam e quem assegura o funcionamento de serviços públicos essenciais; e não foram negociadas com quem quer que seja.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Isto não serve para legislar um país inteiro.
Sr.ªs e Srs. Deputados, a semana de quatro dias não é uma receita universal.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Certo!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Citam exemplos internacionais, mas importa sublinhar que cada país tem modelos de trabalho, estruturas sociais e contextos económicos diferentes.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Não podemos copiar soluções que funcionam noutros países sem adaptá-las às necessidades concretas dos trabalhadores e empresas portuguesas.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — É um projeto-piloto!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Quem diz o contrário cria expectativas, compromete empresas, compromete serviços públicos e põe em risco os trabalhadores que diz querer proteger.
O Partido Social Democrata sabe que é possível modernizar o País, aumentar a produtividade e melhorar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, mas sem improvisos e experimentalismos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É um estudo!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Portugal precisa de reformas. Reforma com seriedade, com responsabilidade e com diálogo. É isso que o PSD e o Governo da AD procurarão garantir ao País.
Por isso, o que se pede a todas as forças políticas é que não se acotovelem para ver quem é mais amigo dos trabalhadores ou das empresas.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O PSD é que é!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — E é isso que o PSD continuará a fazer: defender Portugal de uma agenda ideológica de esquerda que, durante anos, bloqueou o desenvolvimento económico e social do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para pedir a distribuição do relatório final do projeto-piloto da semana de quatro dias, especialmente da página 14, e particularmente à Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo.

São 202 páginas, percebo que não tenha lido tudo, mas a página 14 tem um parágrafo que diz o seguinte: este problema, da falta de tempo crónica, é sentido «…sobretudo pelas trabalhadoras, nas quais tipicamente recaem mais responsabilidades familiares.»

O Sr. **Presidente**: — Depois têm a possibilidade de ler o relatório.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Depois, durante o relatório, existem muitas informações dessas.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Não fala de marmitas!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, faça-o chegar.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra também para uma interpelação à Mesa? Não é para o contraditório? Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é exatamente no mesmo sentido, para destacar,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não é para destacar, é para enviar!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … particularmente, a página 125 desse relatório, que vamos enviar, que mostra que não só as mulheres passaram mais tempo do que os homens a cuidar da família, mas também com os seus amigos, com os seus *hobbies*, mais tempo com os seus interesses e, portanto, para contrariar o que foi dito.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Mandar as mulheres para casa para fazer aquilo que os homens não fazem!

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, agora, para a intervenção do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor.

Continuação de protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Srs. Deputados, a Mesa fica ansiosa por receber a documentação que disseram que iria ser distribuída e, depois, fará a distribuição por todos. Com certeza, irão lê-la e haverá outras sessões para a discutirmos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos os trabalhadores que estão no ativo sentem que, mesmo com modalidades de trabalho à distância, estão cada vez mais conectados com o seu trabalho. Desligar é difícil. O tempo pessoal e familiar escasseia e, muitas vezes, a vida privada passa para segundo ou para terceiro plano, quando deveria ser o primeiro e mais importante pilar da vida de cada pessoa.

O JPP entende que a conciliação profissional com a vida familiar é essencial, mas também que as empresas são parte fundamental desta equação. Não há soluções absolutas ou perfeitas, todos nós sabemos. É preciso experimentar, testar e ajustar, avaliando impactos, aprendendo com a prática e garantindo medidas complementares que protejam todos os envolvidos.

Nós defendemos, assim, uma abordagem equilibrada, sensata e responsável, que coloque o projeto pessoal e familiar no centro, apoiando os trabalhadores e as empresas, para que todos possam beneficiar de mais tempo para a família e, acima de tudo, melhor qualidade de vida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Cerca de 40 empresas participaram no projeto-piloto da semana de 4 dias e 95 % delas avaliaram positivamente a experiência. É um ótimo sinal, mas que resulta apenas quando se dá liberdade às empresas e às pessoas.

Só que aquilo que o Livre quer não é liberdade para experimentar, é impor, por decreto, a redução do horário de trabalho sem perda salarial. É criar programas nacionais, é envolver o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), a DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público), é transformar uma boa ideia numa política paternalista e centralizadora. É aqui que estamos em total desacordo.

Srs. Deputados, a solução liberal, na realidade, já existe. Chama-se «horário concentrado» e está no artigo 209.º do Código do Trabalho. Permite trabalhar até mais quatro horas por dia, para ser possível trabalhar quatro dias por semana. É voluntário, é negociado, é flexível, exatamente como deveria ser num país moderno. Curiosamente, na Administração Pública não existe nada equivalente e aí, sim, faria sentido corrigir essa rigidez, mas impor uma semana de quatro dias a todo o setor público e privado, obviamente que não.

Até porque já fizemos essa experiência em Portugal, na Administração Pública, quando passámos de 40 horas para 35 horas. O que é que aconteceu? Não houve qualquer aumento de produtividade, muito pelo contrário,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! É verdade!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … houve aumento de custos e criou-se uma desigualdade completamente absurda entre o setor público e o setor privado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Empobrecemos!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — E, portanto, Srs. Deputados, não precisamos de mais projetos-piloto. Precisamos de flexibilizar horários para que se adaptem à vida dos trabalhadores. Se um trabalhador quiser concentrar a sua semana de trabalho em 4 dias, sim, deve poder concentrar, mas, também, se preferir trabalhar 6 dias, mas menos horas, porque é que não deveria poder?

A ideia da Iniciativa Liberal é simples, os trabalhadores devem poder escolher.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podem ir trabalhar para a Iniciativa Liberal!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Só que a esquerda tem sempre aquele talento inegável que transforma sempre as boas ideias em conflitos completamente desnecessários, neste caso entre trabalhadores e empregadores.

Posso dar um exemplo recente deste conceito. A Agenda do Trabalho Digno, que criou a obrigatoriedade de subsidiar o teletrabalho, o que é que conseguiu fazer? Em muitas situações, matou o teletrabalho. O trabalhador nunca quis um subsídio para trabalhar em casa. O trabalhador queria flexibilidade, queria poder trabalhar em casa…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em casa não trabalham!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e acaba a ver o seu direito recusado apenas porque alguém, a esquerda, decidiu que sabia o que era melhor para o trabalhador…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e é isso que separa a Iniciativa Liberal da maioria das iniciativas que estão hoje em discussão. A esquerda acredita que deve ser o Estado a dizer às pessoas aquilo que é melhor para elas ou como organizar o seu dia.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e da Deputada do PCP Paula Santos.

Nós acreditamos que cada pessoa deve poder decidir por si e escolher para si aquilo que é melhor.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a semana de quatro dias pode ser uma excelente ideia, mas apenas quando nasce da escolha e da negociação, quando nasce da imposição só vai criar problemas e conflitos e, obviamente, mais custos.

É por isso que na Iniciativa Liberal defendemos menos dirigismo, mais liberdade, horários que se adaptem à vida das pessoas, mas não decretos que tentem adaptar a vida das pessoas àquilo que os Srs. Deputados da esquerda querem.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

Continuação de protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — No fundo, a questão é essa, porque se a liberdade funciona e a imposição falha, porque é que a esquerda está sempre do lado errado?

Aplausos da IL.

Protestos do L e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP tem alertado para a contradição, tão incompreensível quanto inaceitável, entre os avanços tecnológicos e organizacionais, que permitiriam reduzir a duração da jornada de trabalho e o aumento da intensificação da exploração do trabalho em duração e em ritmos.

O trabalho, em Portugal, continua refém de um modelo de baixos salários e está entregue a uma voragem insaciável de apropriação ilegítima do tempo de vida dos trabalhadores e das suas famílias. Esse modelo vigora com a cumplicidade de sucessivos governos, ora PSD, ora PS, ora PSD/CDS, a que se associam o Chega…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aquela coligação entre o PS, o CDS e o PSD?!…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … e a Iniciativa Liberal, servindo o apetite desmedido do patronato que o novo pacote laboral pretende agravar ainda mais.

A desregulação dos horários de trabalho, que atinge mais de 2 milhões e 700 mil trabalhadores, é um problema gravíssimo. Oprime pessoas, famílias inteiras, com o recurso sistemático e abusivo aos regimes de adaptabilidade, bancos de horas, isenção do horário, e outras formas.

Num rolo compressor, que esmaga quem trabalha, esse problema avança a par da crescente precarização, que atinge mais de 1 milhão e 300 mil trabalhadores, ou seja, 30 % da força de trabalho. As iniciativas em debate justificam a discussão inadiável da redução da jornada de trabalho, que é uma das mais longas da Europa, estimada em 41 horas na indústria, na construção, na energia e na água, e em 42 horas na agricultura, segundo as estatísticas, porque, na prática, elas são ultrapassadas.

A questão essencial é a redução do horário de trabalho. É justo, é necessário, é urgente e é possível universalizar as jornadas de 35 horas semanais e de 7 horas por dia. É nesse sentido que temos de avançar.

Entretanto, está em abordagem a possibilidade da adoção da chamada «semana de 4 dias». É uma opção que não pode colocar em causa a redução das jornadas semanais e diárias de trabalho, nem o aumento dos dias úteis de férias. E não pode ser pretexto para manter os salários baixos. Não é aceitável, igualmente, que a pretexto da concessão de um dia disponível para o trabalhador, sejam mais denegados direitos essenciais como os de maternidade e paternidade, o Estatuto do Trabalhador-Estudante e os períodos de formação profissional.

Srs. Deputados, que não reste a menor dúvida: o tempo de vida pessoal e familiar do trabalhador não pode continuar a ser esbulhado e é ainda mais inaceitável o agravamento desse esbulho com o pacote laboral.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje debatemos uma proposta do Livre que, no essencial, recomenda ao Governo a criação de novos programas-piloto para implementar a chamada «semana de 4 dias de trabalho», tanto no setor privado, como na Administração Pública.

Quero começar por reconhecer que o debate sobre a organização do trabalho é importante. A conciliação entre a vida profissional e familiar é um desafio sério e real, e ninguém duvida de que o bem-estar dos trabalhadores deve ser uma prioridade. Mas o Parlamento tem a obrigação de distinguir aquilo que é desejável daquilo que é exequível, aquilo que são intenções simpáticas daquilo que são políticas sólidas, sustentáveis e responsáveis. É precisamente aqui que esta iniciativa do Livre levanta sérias dúvidas. O texto que analisámos apresenta como prova decisiva um projeto-piloto no setor privado, com 41 empresas voluntárias e cerca de 1000 trabalhadores.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — E o vosso projeto?…

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Naturalmente, empresas que se voluntariam para testar estes modelos são, à partida, as mais predispostas a que ele resulte. Este projeto-piloto é útil, sim, mas não pode ser apresentado como fundamento suficiente para uma mudança tão profunda na organização laboral do País,…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É um teste, não é uma mudança!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — … ainda mais quando falamos da Administração Pública. O próprio estudo citado, no projeto do Livre, envolvendo 14 000 trabalhadores, mostra que a redução do horário só é possível se houver menos burocracia, mais digitalização e melhores equipamentos.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Tal e qual!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Mas a proposta do Livre não contém nenhuma medida concreta para atingir, primeiro, estas reformas. Querem transformar o Estado sem antes o modernizar, querem reduzir horas sem garantir eficiência, querem prometer mais ou, pelo menos, o mesmo, fazendo menos.

A semana de quatro dias de trabalho, aplicada de forma irrefletida, pode agravar ainda mais aquilo que já não funciona como deveria ser. E, depois, há o País real, as pequenas empresas que lutam para sobreviver, os setores onde não há ganho de produtividade possível, com redução do tempo de trabalho: a restauração, o comércio, transportes, indústria com turnos contínuos. Como é que esta medida se adapta à vida económica em concreto? O projeto não explica, limita-se a repetir boas intenções — e acreditamos que tem boas intenções —, …

Risos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

… mas não vai funcionar.

O Chega defende que as políticas públicas devem assentar em realismo, rigor e responsabilidade. Defendemos melhores condições de trabalho, sim, mas isso exige modernizar o Estado, investir em tecnologia, reduzir burocracia, aumentar a eficiência em primeiro lugar. Como tal, antes de propor ao Governo que introduza estes projetos-piloto, para que estes tenham resultados mais reais e eficientes, é necessário, *a priori*, propor e aplicar medidas necessárias para não andarmos, como se diz em bom português, com «o carro à frente dos bois».

Posto isto, consideramos que esta proposta do Livre é incompleta, insuficiente e, acima de tudo, desligada da realidade económica e administrativa do País. O Parlamento não existe para aprovar experiências e desejos ideológicos. Existe para tomar decisões responsáveis para o estado atual do País e o Chega entende que, neste momento, está em completo desalinhamento com a realidade económica atual, no contexto de um país em baixo crescimento, défice orçamental, dívida elevada, serviços públicos congestionados, falta de profissionais em setores críticos. Uma massificação da semana de 4 dias pode gerar efeitos bem contrários aos esperados pelo Livre.

Portugal precisa de trabalhar mais e melhor, com mais eficiência e competitividade…

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Não diz como! Mas como?!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — … e não deixar o povo adormecer à sombra de pouco trabalho e bons ordenados. Esse é um país irreal e de bancarrotas, que o Chega não quer mais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Joana Lima, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos e 25 segundos, com mais 15 segundos de tolerância, como sabe.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Vou centrar a minha intervenção sobre a semana dos 4 dias na Administração Pública.

Todos sabemos que a Administração Pública enfrenta, hoje, desafios que é possível colmatar: a dificuldade de retenção de talento, o envelhecimento dos quadros, os baixos níveis de motivação. Por isso, quando o PS propõe a semana de 4 dias para os trabalhadores da função pública e para os trabalhadores do setor empresarial do Estado, não se trata de capricho ou de um luxo. Trata-se mesmo de uma estratégia para modernizar o Estado e para torná-lo, assim, mais eficiente e mais atrativo, alinhando-o com algumas economias que estão na vanguarda de inovadoras da Europa e, sobretudo, para ter os trabalhadores motivados, felizes, conciliando a sua vida profissional com a sua vida familiar, com a sua vida pessoal.

Esta medida colocaria o nosso País na linha da frente das políticas laborais modernas e tornar-se-ia num investimento em pessoas, mas também em eficiência e em competitividade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Por isso, se queremos um Portugal moderno e competitivo, temos de motivar os nossos trabalhadores para que os serviços sejam mais céleres e eficazes, até porque, hoje, a altura em que vivemos, da era digital e da inteligência artificial, são ferramentas que vão ajudar, também, a combater e a ajudar na semana de 4 dias.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, este é o momento da viragem de paradigma e o Estado tem a obrigação de ser mobilizador desta medida. O Estado tem de dar o exemplo, tem de manter os seus trabalhadores motivados, tem de ajudar para que os seus trabalhadores possam ter uma vida familiar, profissional e pessoal articulada.

Deixo aqui um repto às bancadas da direita, que, já todos percebemos, estão contra esta medida. Mas também os trabalhadores da Administração Pública já perceberam que não podem contar com a direita para os ajudar a encontrar medidas para combater a sua precariedade,…

Aplausos do PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, o que eu vos digo é o seguinte: «sempre que o homem sonha, o mundo pula e avança».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E as mulheres?!

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — E nós não estaremos do lado do imobilismo, estaremos do lado do progresso e vocês ficam...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alexandre Poço, está a pedir a palavra para uma intervenção ou para um pedido de esclarecimento? Para um pedido de esclarecimento?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem 5 segundos para um pedido de esclarecimentos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Agradeço, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra. Dispensam-se os agradecimentos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente. Sr.as e Srs. Deputados, era só para dizer à Sr.ª Deputada Joana Lima que a bancada do PSD está onde sempre esteve. O que lamentamos é que o Partido Socialista, na década em que esteve no Governo, não tenha feito nada sobre esta matéria e agora vem para aqui dar lições sobre a organização do trabalho e da economia portuguesa.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Joana Lima.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, dou a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem 2 minutos? Para dizer o quê? Dois minutos?! Deve ser na semana de quatro dias!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Calhou que tivéssemos o debate sobre a experiência da semana de 4 dias, numa semana de 4 dias e na véspera de outra semana de 4 dias.

Não é à toa que, em cada ano, milhões de pessoas consultem o calendário para ver em que dia da semana calham os feriados de dezembro, porque, estes dois feriados representam, para muitas pessoas, uma respiração, uma oportunidade para umas semanas mais descansadas nesta vida atribulada e intensa que levamos.

É partilhada a angústia da falta de tempo, dos dias que se sucedem sem tempo para nada, sem tempo para estar com a família, com as nossas crianças, com os nossos pais, com os nossos avós, com os nossos amigos e até para cuidarmos de nós próprios. Pior ainda, para quem trabalha por turnos ou quem faz trabalho noturno.

A falta de tempo impacta na nossa saúde, no nosso bem-estar, na nossa capacidade de concentração e, logo, na nossa produtividade. Mas mais, impacta também na relação com os outros e, por isso, é que este debate sobre o tempo é tão relevante, sobre a redução do horário de trabalho, sobre o número de dias de férias, sobre a semana de 4 dias. A experiência nacional e internacional mostra que reorganizar e reduzir o tempo de trabalho melhora a conciliação com a vida pessoal e familiar, reduz o estresse dos trabalhadores e não destrói a economia, pelo contrário, moderniza as empresas, mantém a produtividade e torna a economia mais sustentável.

As evidências dos estudos e da ciência apontam o caminho e nós, enquanto legisladores, temos a responsabilidade de continuar esse caminho.

Todos os argumentos aqui apresentados sobre produtividade, competitividade, serviços públicos e que foram apresentados contra a redução do tempo de trabalho, são os mesmos que foram apresentados há 100, há 50, há 30 anos, quando se discutiu as 40 horas semanais ou a semana de 5 dias. Hoje, o que aqui está em causa é se o Parlamento recomenda a continuação da experiência de 4 dias, no setor público e no setor privado. Testar é produzir conhecimento e, mais à frente, melhor legislar, até para informar a discussão na concertação social.

Sr.as e Srs. Deputados, desta direita do Parlamento não vale a pena atirar areia para os olhos, pois esta proposta não é uma alteração à legislação laboral, é uma proposta de continuar o teste da semana de 4 dias.

Este Parlamento vai recusar a continuação da experiência? Vai recusar a responsabilidade de bem informar políticas públicas? Porque, se este Parlamento recusar, com os votos das bancadas da direita, assim veremos a consideração que têm pelo tempo das pessoas e pelo tempo das famílias.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina o ponto 2.

Passamos para o ponto 3 da agenda, iniciando com o Projeto de Resolução n.º 220/XVII/1.ª, do Partido Socialista — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública equivalente à recuperação da totalidade do tempo de serviço dos professores.

Para apresentar o respetivo projeto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista, assim que a mobilidade termine.

Pausa.

Peço aos Srs. Deputados que se sentem.

Peço, também, o favor aos Srs. Deputados que às vezes estão em pé, que não estejam de costas viradas para o orador, porque é uma situação de pouco respeito em relação a quem está a intervir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! Muito bem! O PSD é que tem muito essa mania.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Eu vou repetir: pedia aos Srs. Deputados que estão de pé, o favor de não estarem de costas viradas para o orador que está a intervir, seja ele quem for, porque é pouco respeitador. Ainda mais, sendo uma Deputada eleita pelo Alto Minho, Viana do Castelo.

Risos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos para o segundo debate a falar sobre a Administração Pública, o segundo debate a falar sobre as posições em termos de respeito pelos trabalhadores.

Como não tivemos a oportunidade de responder ao Sr. Deputado Alexandre Poço, na verdade, vou começar pela oportunidade que me dá de lhe responder e dizer que concordo consigo, a bancada do PSD está precisamente onde sempre esteve, numa luta contra os trabalhadores,…

Aplausos do PS.

… a desproteger os trabalhadores. É verdade, Sr. Deputado, concordamos nesse aspeto e ficou muito claro, no debate anterior, e espero que neste debate, com esta proposta que o Partido Socialista aqui apresenta, a

posição do Partido Social Democrata seja um bocadinho diferente. Porque, aquilo que nós trazemos a esta Câmara é o respeito pelos trabalhadores, de uma forma generalizada, na Administração Pública.

Há um caminho que foi feito, começado pelo Partido Socialista, de descongelamento das carreiras, de contagem de tempo de serviço, que vinha detrás, nomeadamente, para os professores,…

Protestos da Deputada do CH Maria José Aguiar.

… mas depois com o acelerador de carreiras para toda a Administração Pública.

Risos do PSD.

Mas, Srs. Deputados, sei que vocês não estão habituados a ouvir falar com realismo. Sim, este Governo repôs o tempo integral de serviços aos professores. Sim, o Partido Socialista concordou com a medida.

Sei que custa às bancadas da direita, do PSD, do CDS, fazer este exercício. A mim não me custa. Quando a medida é boa, nós estamos do lado da solução,…

Protestos do PSD e risos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muda o discurso!

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — … só que faltou-vos uma coisa, Srs. Deputados, o que vos faltou foi garantir a equidade entre trabalhadores. Porque, se por um lado, vocês contam o tempo de serviço dos professores — e ainda bem, obviamente —, …

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Obviamente?!…

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — … não fazem o mesmo para todos os trabalhadores da Administração Pública, porque não replicam aquela que foi a medida prevista pelo Partido Socialista, quando fizemos a contagem parcial do tempo de serviço dos professores, que era o acelerador de carreiras. E o que é que isso faz? Precisamente, tal como disse no início, respeitar os trabalhadores, tornar o regime equitativo entre os trabalhadores da Administração Pública, que não há trabalhadores de primeira nem trabalhadores de segunda — e faz mais do que isso.

Para uma Administração Pública, como aqui discutimos, que precisa de medidas que promovam a sua eficiência, a sua eficácia, mas, mais do que isso, que promovam a justiça numa relação entre empregador e trabalhador, que promovam também a capacidade de atrair mais quadros para a Administração Pública, estes tipos de medidas são cruciais.

Srs. Deputados, bem sei que viemos de uma discussão de um Orçamento do Estado, onde discutimos redução de trabalhadores na função pública, onde discutimos dados económicos diferentes daqueles que apresentávamos, onde discutimos reorganizações de serviços, onde retirávamos serviços sem dizer o que vamos fazer aos trabalhadores — bem sabemos que discutimos isto. Aquilo que aqui apresentamos e que é justo, é que aquilo que fazemos para uns, façamos para todos. E que possamos, com este acelerador de carreiras, não apenas responder de forma equitativa à Administração Pública, mas, mais do que isso, garantir, capacitar e atrair para uma Administração Pública os melhores trabalhadores, para que possamos ter serviços públicos de qualidade, porque no fim do dia o Estado é isto, é ter a capacidade de responder com os melhores profissionais.

Da parte do Partido Socialista, estaremos sempre ao lado dos trabalhadores e dos empregadores, obviamente, mas, mais do que isso, estaremos sempre na perspetiva de justiça social, de justiça naquela que é o tratamento que damos e espero que todas as bancadas possam acompanhar esta iniciativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, tem dois pedidos de esclarecimento, que responderá em conjunto, com certeza. O primeiro é da Sr.ª Deputada Patrícia Almeida, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje debatemos justiça e dignidade do trabalho em funções públicas. Durante mais de uma década, o País, as famílias e os trabalhadores viveram dramas na sua vida pessoal e profissional com as suas carreiras congeladas. É tempo de reconhecer o mérito e é tempo de reconhecer o tempo de serviço prestado, efetivamente, em funções públicas.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — O descongelamento faseado continua a penalizar trabalhadores e famílias, como são exemplo disso os professores, mas, hoje, falamos de muito mais carreiras do que das carreiras dos professores.

Em sede de Orçamento do Estado foram chumbadas propostas do Chega que também criavam atratividade para a Administração Pública.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Chumbámos propostas para rever o SIADAP (Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública), que penaliza os trabalhadores em funções públicas, que os avalia por quotas e que os submete a uma avaliação absolutamente injusta. Chumbámos o aumento do subsídio de refeição, que, mais uma vez, penaliza os trabalhadores em funções públicas. Acresce a isto, também, que existem milhares de trabalhadores ainda vítimas do PREVPAP (Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública). É inaceitável que o Estado, que deve ser o exemplo de justiça laboral, mantenha trabalhadores precários em funções permanentes durante anos.

Pergunto, Srs. Deputados, é para esta Administração Pública que queremos captar novas pessoas?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — É para esta Administração Pública que queremos captar talento, que queremos captar os melhores, que queremos a avaliação pelo mérito?

Hoje não podemos falar apenas de salários ou de índices remuneratórios. Temos de falar de reconhecimento, temos de falar de mérito, temos de falar de dignidade profissional, temos de falar em reter talento, aqui, na Administração Pública, de tornar o serviço público atrativo e de valorizar quem todos os dias mantém o Estado a funcionar.

Sr.as e Srs. Deputados, a justiça nas carreiras não pode continuar adiada. Pergunto ao PS: o que é que fez em 8 anos de geringonça e contas alegadamente certas?

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Isso mesmo! Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, tenho uma pergunta muito simples para a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves. Aliás, já tinha estranhado que no vosso procedimento de resolução não fosse referido, uma única vez, o Acordo Plurianual da Valorização das Carreiras dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado com este Governo, com o FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos) e com o STE (Sindicatos dos Quadros Técnicos do Estado) — …

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … na sua intervenção também não o referiu. Por isso, a minha pergunta é muito simples:…

… o Partido Socialista pretende substituir uma política de Estado consolidada, previsível, negociada,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … por um regime de medidas pontuais, reativas e de curto prazo? É esse o modelo que o Partido Socialista defende, o da previsibilidade, que nunca concretizou? Ou o da improvisação, que agora sugere?

Para terminar, só mais uma pergunta — …

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual?!…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — e gostava mesmo que me respondesse com um dado objetivo — : onde é que a Sr.ª Deputada viu na discussão do Orçamento do Estado 2026 o PSD defender a diminuição dos funcionários públicos? É que eu não me lembro.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer aos Srs. Deputados as questões e dizer à Sr.ª Deputada Patrícia Almeida que nós concordamos com a necessidade, neste debate, de incluir premissas fundamentais na discussão: a dignidade das carreiras na Administração Pública, a necessidade, nessa dignidade, de estar subjacente a valorização dos salários, a valorização das carreiras — fizemo-lo no debate anterior e fazemo-lo neste debate. É por isso que apresentamos estas propostas, é precisamente por achar que o devemos fazer. Mas a Sr.ª Deputada devia estar desatenta quando fiz a minha primeira intervenção, porque lembrei o que fizemos em 8 anos, e disse mais, disse que não estava tudo feito e até fiz um elogio…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando?…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … a algo que foi feito a seguir a nós e continuarei a fazê-lo, porque, nós queremos verdadeiramente essas medidas para os trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ah!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Porque, vou-lhe dizer, Sr.ª Deputada, nós descongelamos, mas eu vou repetir — agora pedia-lhe que estivesse atenta —, descongelamos carreiras, repusemos parte do tempo de serviço, aumentamos os salários e valorizamos os salários, valorizamos os trabalhadores, seja na legislação laboral, seja do ponto de vista salarial, seja no salário mínimo, seja no salário médio, e, já agora, não respondendo à Sr.ª Deputada apenas, mas ao Sr. Deputado Almiro, vou-lhe dizer: sabe porquê,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Almiro? Tanta intimidade?!Almiro?!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … Almiro Moreira, estava-me a faltar o apelido, Almiro Moreira. Sr. Deputado, sabe porquê? Tem toda a razão, realmente esqueci-me de referir o acordo com a Administração Pública, porque esse acordo começou com o Partido Socialista — …

Vozes do PSD: Ah!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … esqueci-me de referir, eu peço desculpa —, esqueci-me de referir uma das coisas que o Partido Socialista começou e que vocês continuaram, é verdade! Faço *mea culpa*.

O Partido Socialista, em 2022, fez um acordo com a Administração Pública — e ainda bem, veja! — sobre uma parte que vocês até continuaram, que foi continuar esse acordo e esse reforço das relações laborais.

Mas, Sr. Deputado, como a sua memória está muito curta, vou lembrar-lhe quem é que disse no debate que havia trabalhadores a mais: foi um ministro que vocês suportam todos os dias, o Ministro das Finanças,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … que veio a este Parlamento e disse que não era por haver mais trabalhadores que a Administração Pública estava melhor,…

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … e que não era sustentável…

Protestos do PSD.

Vão-me deixar acabar de falar!

Continuação de protestos do PSD.

… que não era sustentável continuar a fomentar a entrada de trabalhadores na Administração Pública. Como nós respeitamos os trabalhadores, como nós achamos que deve ser preciso conciliar a vida familiar e pessoal, como nós sabemos que é nesta perspetiva de valorização e dignidade que é preciso trabalhar, Sr. Deputado, nós pensamos mesmo diferente do PSD.

O PSD está, como disse o Sr. Deputado Alexandre Poço, onde sempre esteve, a olhar só para um lado da equação, e o Partido Socialista cá continuará a apresentar propostas para valorizar as carreiras e a atrair quadros para a Administração Pública — porque é tão necessário atrair quadros —, para responder com bons serviços públicos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores da Administração Pública são vítimas, há mais de 17 anos, de uma estratégia de desvalorização e de denegação das carreiras que merecem e até de algumas das suas profissões.

É um dos efeitos da aprovação pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP da lei que, em 2008, reconfigurou as relações de trabalho, afunilando-as em três carreiras generalistas: técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.

Além de substituir o vínculo público pelo contrato de trabalho por tempo indeterminado, generalizou a precariedade e a instabilidade, que hoje se traduz em mais de 85 000 trabalhadores a termo e 17 000 à tarefa ou à avença.

Essa «reforma», chamemos-lhe assim, criou também uma tabela única de remunerações, destruiu as carreiras profissionais, impôs a proliferação da polivalência de funções, pôs fim à especialização, limitou a progressão e as promoções, dependentes de um sistema de pontos que faz com que a maioria dos trabalhadores demore oito anos a progredir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É deitar no lixo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O PCP estava certo ao denunciar os ataques aos direitos dos trabalhadores e a degradação já então previsível dos seus salários.

Confirma-se também a justeza da oposição do PCP ao novo sistema de avaliação, o SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), que serve para travar as progressões, e cujo sistema de quotas divide para reinar, limita os horizontes dos trabalhadores e chega a ser ofensivo para a dignidade dos avaliados e embaraçoso para os avaliadores.

Quando se limita, por um sistema de quotas ou qualquer outro com o mesmo fim, a atribuição das classificações mais elevadas, mesmo que o número de trabalhadores delas merecedores seja superior, a mensagem que se transmite é de que, com fundamentos essencialmente economicistas, a avaliação não é objetiva e não é transparente.

Introduzido em 2007, por um Governo do Partido Socialista,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah, é liberal!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … e apesar de sucessivas alterações, o SIADAP mantém no essencial os seus defeitos de sistema injusto, parcial, pouco transparente e os efeitos e as consequências negativos do travão na progressão à facilitação de despedimentos e o encerramento de serviços.

A situação é grave e é bem patente o contributo que dá para a degradação dos serviços públicos e de afastamento cada vez maior, especialmente dos jovens qualificados.

O Governo deve arredar pé e revogar — insisto, revogar — o SIADAP, incluindo os sistemas específicos que nele se baseiam, substituindo-o por um sistema sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize os trabalhadores e seja genuinamente negociado com as suas organizações representativas.

Impõe-se ainda o desenvolvimento de processos de negociação coletiva com as organizações representativas dos trabalhadores, com vista à reposição, valorização de carreiras e criação de carreiras profissionais novas, levando em consideração em cada uma o seu enquadramento e as múltiplas especificidades das funções concretas e com descritivos funcionais concretos. É o que exigem os trabalhadores da Administração Pública e é o que merecem os utentes dos serviços públicos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Chega.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos hoje propostas que, embora versando sobre a mesma temática, a justiça nas carreiras da Administração Pública, revelam bem a diferença entre quem trata este assunto com seriedade e quem tenta, uma vez mais, reescrever a sua própria história política.

O PS apresenta um projeto de resolução proclamando, com o seu habitual entusiasmo tardio, pretender garantir equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública inspirado na recuperação total do tempo de serviço dos professores.

O PS chega ao ponto de afirmar que sempre foi sua prioridade assegurar previsibilidade, justiça e equidade nas carreiras públicas. Ora, é precisamente aqui que reside a também habitual grande contradição socialista. Durante anos, enquanto governou, o PS não só recusou devolver o tempo de serviço integral aos professores, como combateu todas as iniciativas nesse sentido, dentro e fora deste Parlamento. Foi o PS também que congelou carreiras e que empurrou milhares de docentes para a estagnação e para a saída da profissão. Foi o PS que reiteradamente transformou os professores num instrumento de engenharia orçamental,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — … sacrificando a sua dignidade profissional.

Hoje, depois de anos a negar a evidência, o Partido Socialista tenta reabilitar-se politicamente proclamando equidade. Mas equidade, Srs. Deputados, não se declara, pratica-se. E o PS, quando teve poder para o fazer, falhou. E falhou mais que uma vez.

Aplausos do CH.

Em contraste, o Grupo Parlamentar do Chega apresenta uma iniciativa que não procura reescrever o passado, mas sim corrigir o presente e estruturar o futuro. A proposta do Chega centra-se naquilo que sempre foi essencial e que o PS perpetuamente ignorou: a necessidade de levantar, com rigor, o estado real das carreiras e dos trabalhadores que permanecem irregularmente posicionados; a obrigação de concluir avaliações em falta, cuja ausência impede progressões legítimas; o dever de quantificar o impacto real das regularizações, em vez de apresentar medidas avulsas, sem responsabilidade social e política; e a importância de exigir transparência no relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças) sobre o acelerador de carreiras, identificando falhas, erros e distorções que o PS nunca quis discutir.

Não se trata apenas de reposicionamento salarial. Trata-se de restabelecer a confiança no Estado, de valorizar o mérito e garantir que quem serve Portugal tem previsibilidade, justiça e respeito.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a diferença entre estas duas propostas é simples: o PS quer hoje parecer aquilo que nunca foi enquanto governou; o Chega propõe aquilo que é indispensável para que a Administração Pública deixe finalmente de viver da improvisação, da arbitrariedade e da manipulação política.

E, relativamente aos professores, permita-me ser absolutamente clara: foram dois governos consecutivos do Partido Socialista que deixaram a classe docente exausta, envelhecida, desmotivada e, em muitos casos, profundamente humilhada. A escola pública paga ainda hoje um preço elevadíssimo pela incapacidade do PS em assumir uma política coerente de valorização da carreira docente, e não foi por falta de alertas, não foi por falta de estudos, foi por falta de vontade política!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — O Chega, pelo contrário, defende que todos os trabalhadores do Estado, incluindo os professores, devem ter carreiras transparentes, progressões justas e reconhecimento pelo serviço prestado, sem exceções, sem atalhos e sem efeitos meramente ornamentais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, muitas vezes, quando falamos agora sobre a qualidade dos serviços públicos, sobre o envelhecimento dos funcionários públicos, sobre a dificuldade em atrair funcionários públicos, olhamos para as decisões que foram tomadas ontem e não para aquelas que foram tomadas há 20 anos.

Durante dois mandatos, um do PS, ainda no tempo de José Sócrates, e depois, do PSD, já na troica, ambos estes governos e ambas as forças políticas adotaram uma regra de dois por um, o que quer dizer que saíam dois funcionários públicos, só entrava um.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sempre foi! Reduziram 100 00!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O resultado dessa política, que durou anos e que não foi só imposta pela troica, era a política coordenada entre os dois maiores partidos, foi, precisamente, envelhecer os funcionários públicos, impedir a sua substituição…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e depois, também, impedir a atratividade para novos funcionários públicos, porque essas medidas foram acompanhadas de congelamento de carreiras, foram acompanhadas de congelamento salarial efetivo, perda de poder de compra. E com estas medidas em vigor durante duas décadas, aconteceu aquilo que se esperava à função pública: tornou-se menos capaz de responder, muito mais envelhecida, menos capaz de atrair novos trabalhadores.

O caminho de recuperação começou a ser feito a partir de 2016, mas não acabou ainda, nós ainda estamos a pagar o preço das decisões erradas que foram então tomadas. E, sim, estamos também a pagar o preço porque o Partido Socialista não quis ir até ao fim desse processo, nomeadamente na recuperação do tempo de serviço dos professores.

O projeto que o Bloco de Esquerda aqui apresenta permite, de alguma forma, recuperar um pouco do tempo perdido e garantir que todo o tempo passado numa carreira é utilizado para a progressão na carreira. E isto é uma medida de justiça básica para tentar recuperar alguma — alguma! — da atratividade das carreiras da função pública e dar algum respeito a estes trabalhadores.

Muito mais será preciso fazer, a começar pelo método de avaliação de funcionários públicos, em que é dito que são avaliados pelo mérito, mas depois há uma quota e só entram alguns a cada ano. Isto não é método de avaliação nenhum, Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que bate palmas à Mariana? Fico de coração partido!…

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Livre traz hoje a discussão duas propostas fundamentais para devolver justiça e dignidade ao trabalho público em Portugal. Ambas partem do mesmo princípio: não há Estado social forte sem trabalhadores públicos valorizados, respeitados e motivados. E não há motivação quando se pede dedicação e responsabilidade, mas se responde com carreiras bloqueadas e injustiças acumuladas ao longo de mais de uma década.

A Administração Pública viveu anos de congelamento salarial e de progressões, dos quais muitos trabalhadores nunca recuperaram. Mesmo o regime especial, criado pelo Decreto-Lei n.º 75/2023, ficou aquém do necessário e deixou de fora milhares de pessoas que, se não houvesse congelamento, já teriam atingido um nível remuneratório superior. É por isso que o Livre propõe a criação de um regime de aceleração de carreiras acessível a todos os trabalhadores públicos que foram prejudicados.

Mas, antes disso, há um problema básico a resolver. As avaliações de desempenho de 2023 e 2024 continuam atrasadas em muitos serviços, o que impede as progressões, mesmo nos casos já previstos na lei. Isto é incompreensível, é uma injustiça concreta no bolso das pessoas e mina a confiança no Estado.

O que o Livre propõe é simples: resolver o que está atrasado, aplicar de forma equitativa o regime especial já aprovado e criar um regime de aceleração para quem ficou injustamente de fora. Não é um privilégio, é reparar um atraso histórico.

Em paralelo, o País continua à espera da revisão e valorização das carreiras especiais. O Estado exige qualificações elevadas, responsabilidades técnicas e sociais enormes na saúde, na proteção ambiental, na

reinserção social, na segurança municipal, entre tantas outras e, no entanto, deixa estas carreiras à espera de negociação durante anos, sem calendário, sem transparência e sem compromisso efetivo.

O Livre entende…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem? O Livre ou o PS?

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … que é tempo de cumprir o Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, retomando as negociações já previstas e iniciando de imediato as que ficaram por calendarizar. É preciso acelerar o processo, garantir a participação de todas as federações sindicais envolvidas e apresentar resultados à Assembleia e ao País, com transparência e responsabilidade.

Estas duas propostas formam uma mesma linha de justiça: acelerar carreiras e acelerar negociações, para que a Administração Pública deixe de ser vista como um local onde se espera e passe a ser um local onde se progride e onde se trabalha com confiança, porque quem cuida do Serviço Nacional de Saúde, quem assegura a educação pública, quem protege o ambiente, quem garante a coesão social e territorial merece mais do que palavras, merece mais do que meros agradecimentos, merece medidas concretas.

Uma Administração Pública forte é uma condição da democracia e a democracia não se faz com promessas adiadas; faz-se com compromissos cumpridos.

Por isso, o Livre apela ao voto favorável destas propostas, pelo respeito devido aos trabalhadores públicos, pela dignidade de quem serve o País todos os dias e de quem já há muito está à espera.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje somos chamados a discutir projetos de resolução, praticamente todos com a mesma conclusão: a de recomendar um novo acelerador de carreiras na Administração Pública para que se possa abranger os trabalhadores que ficaram excluídos.

Contudo, estas recomendações são, na sua maioria, precoces. E porquê? Porque, neste momento, daquilo que é público, decorre uma auditoria da IGF sobre a implementação do SIADAP e sobre o primeiro acelerador de carreiras. Por esse motivo, parece-nos extemporâneo estarmos, em plena fase de análise, a tomar decisões sobre possíveis novos aceleradores. Era como se um médico andasse a receitar medicamentos sem ter recebido os exames e sem ter o diagnóstico do paciente. Conhecendo as conclusões desta auditoria, com dados concretos, a Iniciativa Liberal cá estará para debater e decidir sobre a necessidade de um novo acelerador e em que termos.

Em contrapartida, há, desde já, um tema que abordamos politicamente, a reformulação do Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, que é essencial que funcione e deve funcionar para quem avalia, mas também para quem é avaliado.

A avaliação de desempenho tem de espelhar o mérito e o incentivo, com reflexo claro nos rendimentos de quem dá o seu melhor. Por isso, defendemos uma reformulação profunda do SIADAP. Não é aceitável que haja trabalhadores que não são avaliados por incapacidade de implementação dos sistemas de avaliação e também não é aceitável que os trabalhadores sintam que as suas avaliações possam ser limitadas por quotas ou tenham um sistema de rotatividade.

O pior que pode acontecer a qualquer organização é tratarmos por igual um bom trabalhador e um mau trabalhador. Tratar de forma igual aquele que se esforça e aquele que só pica o ponto mata o ânimo de quem tem brio no seu trabalho, e isto não pode continuar a acontecer. Mas é a realidade, uma realidade escondida por medo de represálias, e isto é muito notório nos casos relatados e muito detalhados que chegam à Iniciativa Liberal.

Esta realidade é conhecida pelos sucessivos governos, mas, aparentemente, há um pacto de regime que é o pacto de silêncio. O que interessa aos sucessivos governos é ter mais funcionários públicos, muitas vezes em áreas onde não é preciso, e ninguém se preocupa em ter melhores funcionários públicos.

São eles que estão na linha da frente dos serviços e, por isso, têm de ser prestigiados, mas esse prestígio só vai acontecer quando deixarem de ser tratados como se fossem cópias uns dos outros, porque comparar um bom elemento com alguém que não faz nenhum é um insulto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Podem acusar a Iniciativa Liberal do que quiserem, mas, custe o que custar, nós vamos defender o mérito na Administração Pública.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vejam o exemplo do Paulo Núncio: só num dia trabalha por quatro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PS começou este debate com um pressuposto falso, e o PS sabe-o e fê-lo deliberadamente para condicionar a discussão e para tentar enganar as pessoas que nos acompanham.

Que pressuposto é esse? É o pressuposto, Sr.ª Deputada, e cito, de que «não há qualquer vislumbre de um regime equitativo na reposição das carreiras da Administração Pública em relação aos professores e aos educadores».

Ora bem, que o PS tem um problema grave de vislumbre seletivo penso que todos nós sabemos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … mas, para que não haja dúvidas e mesmo para ajudar o PS a vislumbrar a realidade, parece-me ser importante atender a três factos essenciais.

Primeiro facto: é verdade que o Governo não quer valorizar a função pública, como diz o PS? É falso, Sr.ª Deputada.

Não faz nem um ano que o primeiro Governo da Aliança Democrática assinou um acordo de valorização com os trabalhadores da função pública até 2028 e que este Governo já estendeu esse acordo para 2029. Esse acordo foi negociado com os sindicatos e prevê uma consulta regular aos sindicatos, mas, evidentemente, como sempre, os camaradas da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) recusaram-se a fazer parte da solução, mas todos os outros sindicatos assinaram este acordo.

Segundo facto: é verdade que o Governo não prevê um regime de recuperação do tempo de serviço das carreiras da Administração Pública? É falso, Sr.ª Deputada.

O acordo que foi assinado prevê precisa e expressamente a avaliação de todas as carreiras da Administração Pública que foram implementadas em 2023, no tempo do Governo socialista. Essa avaliação já está a ser feita, já está em curso e terá os primeiros resultados até ao final deste ano.

Por isso, o PS tem um problema grave de vislumbre seletivo, que não consegue ver a realidade, mesmo a realidade que tem a ver com o vosso tempo de Governo. Mas um socialista, ou, neste caso, uma socialista, nunca deixa que a realidade atrapalhe o seu discurso político.

Terceiro facto: é verdade que o Governo não está a dar valor à função pública? Isso continua a ser falso. Os governos da AD assinaram 19 acordos históricos com inúmeras classes profissionais, estão a aumentar salários e estão a reduzir impostos e, por isso, o Governo da AD está a governar bem e a resolver problemas que o PS criou.

Por isso, para terminar, eu diria que é mais do que evidente, nesta matéria como noutras, que a linha entre a responsabilidade e a demagogia começa ali e acaba aqui.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nós, hoje, estamos aqui a discutir um projeto de resolução, apresentado pelo Partido Socialista, que pretende recomendar ao Governo um novo acelerador nas carreiras da Administração Pública.

É uma proposta que, naturalmente, compreendemos, porque procura responder às expectativas dos trabalhadores da Administração Pública, mas não podemos deixar de sublinhar algo muito essencial: esta discussão só existe agora porque, ao fim de oito anos, o PS não fez aquilo que agora recomenda.

Importa recordar aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas, mas também aos portugueses, que a valorização das carreiras da Administração Pública não se inicia hoje com esta discussão; ela começou no primeiro dia do Governo liderado por Luís Montenegro.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Em apenas 20 meses, este Governo concretizou aquilo que foi prometido, adiado e nunca executado, e fê-lo com diálogo,…

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

… com responsabilidade financeira e respeito pelos trabalhadores. Uma política de verdade com e para os trabalhadores.

Sr.as e Srs. Deputados, este Governo não fez declarações; fez mais de duas dezenas de acordos, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, 21 vezes, carreira a carreira, setor a setor. E, contrariando também o que disse a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, que este Governo desprotegeu os trabalhadores, pergunto: quando? Quando fez um acordo histórico com os professores e recuperou o tempo de serviço de 100 %, numa execução faseada com estabilidade e com justiça?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Este Governo desprotege os trabalhadores, os funcionários judiciais, pondo fim a 18 meses de conflito social? Desprotege as forças de segurança, as Forças Armadas, com a maior valorização remuneratória de sempre?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Os enfermeiros, os médicos, os farmacêuticos, os técnicos de emergência pré-hospitalar, os administradores hospitalares, todos, com a revisão de carreiras e a valorização remuneratória? O ensino superior, com as progressões desbloqueadas desde 2009? As carreiras diplomáticas, os bombeiros sapadores, os técnicos superiores especialistas do Ministério das Finanças e também do Instituto Nacional de Estatística?

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

Mas mais importante do que esta lista de resultados que aqui apresentei é o quadro estratégico, que apontei na pergunta que fiz à Sr.ª Deputada. É que em novembro de 2024, com este Governo, foi assinado um Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que não serve para nada!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … que é uma verdadeira reforma estrutural, garantindo um aumento mínimo de 234 € até 2028.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — E este acordo produz previsibilidade salarial, que é isso que os funcionários públicos querem: previsibilidade com a revisão das carreiras gerais, com a valorização, com a promoção do mérito, com o compromisso, como já foi aqui hoje referido, com o diálogo continuado com as estruturas salariais. Ou seja, uma política de Estado para a reforma do Estado e da Administração Pública e não de medidas avulsas como as que hoje aqui foram apresentadas; uma política de verdade, como aqui já hoje referi, a governar e a pensar na vida das pessoas.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, é à luz desta realidade que devemos apreciar o projeto hoje apresentado. O Governo já demonstrou que valoriza as carreiras, mas fá-lo com método, com diálogo e com responsabilidade e não com medidas avulsas, não com soluções populistas…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … e não com propostas que ignoram o impacto orçamental acumulado de cada decisão.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

O PS pretende agora editar o acelerador que ele próprio limitou a uma utilização única por trabalhador e aplicou-o apenas a 60 000 trabalhadores.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, a posição do Grupo Parlamentar do PSD é clara: sim, valorizamos as carreiras da Administração Pública; sim, valorizámos o diálogo social; sim, valorizamos a promoção do mérito; sim, valorizamos a justiça entre os trabalhadores, mas não propostas casuísticas, descoordenadas ou que comprometam a sustentabilidade financeira das nossas contas públicas.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado não tem tempo, mas eu deixo-lhe duas perguntas muito concretas.

Primeira: acha que os trabalhadores consideram esta medida injusta e não querem esta pergunta?

Segunda pergunta concreta: o PSD é mesmo contra esta medida?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não havendo mais pedidos de inscrição, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, para encerrar o debate.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, encerrado este debate — vamos chamar-lhe assim —, vou tentar fazer um resumo da posição da direita: a Iniciativa Liberal diz todos os dias, nesta Câmara:…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Iniciativa Liberal não é de direita!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … «Nós precisamos de pagar mais, os trabalhadores ganham pouco, mas agora não é o tempo certo para fazer isso; agora um acelerador de carreiras para valorizar as carreiras, não, não é o tempo certo, portanto, não acompanhamos a medida.»

O Chega vai ao púlpito falar da dignidade das carreiras, da importância de valorizarmos as carreiras, ignora o passado, só fala daquilo que não se fez, porque são incapazes de falar do que se fez e, no fim do dia, fiquei

sem perceber: acompanham ou não esta valorização dos trabalhadores? Acompanham ou não a dignidade dos trabalhadores que está subjacente a estes projetos que aqui são apresentados?

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Tem de esperar por amanhã para ver!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Esta é a minha grande questão.

Aplausos do PS.

Já o CDS e o PSD têm a cartilha de sempre, nada que nos surpreenda: fazem um comício, onde lembram o que foi feito, acham que está tudo feito; limpemos as mãos, sentemo-nos e «deixem o Governo trabalhar!». É assim que têm feito até agora e é assim que continuarão a fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E estamos a governar bem! A valorizá-los!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Vou dar-vos uma novidade, Srs. Deputados: não estão a respeitar ninguém, nem nenhum trabalhador da Administração Pública ao acharem que esta proposta não é relevante para estes trabalhadores. Ou algum de vocês falou com um trabalhador da função pública que sabe que este acelerador vem repor justiça social e equidade, e eles disseram-vos que não queriam esta proposta?

Estão mesmo a trabalhar pelos portugueses, Srs. Deputados? Então, aprovem.

Aprovem propostas que visam valorizar carreiras, que visam tratar com equidade os trabalhadores, que visam garantir que damos condições para os atrair para a Administração Pública. Porque, no fim do dia, a discussão é muito clara: amanhã, vamos estar aqui a votar diplomas que visam, apenas e só, justiça, que visam, apenas e só, valorização e dignidade de trabalhadores. Quem votar a favor disso está do lado da justiça social e dos trabalhadores, quem não votar a favor disso vai estar no lado de sempre, como o PSD, contra os trabalhadores e contra a valorização das carreiras.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Concluído este ponto, passamos ao ponto seguinte da ordem do dia, que constada discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 50/XVII/1.ª (IL) — Compromisso pela reprivatização da TAP, 334/XVII/1.ª (PCP) — Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional, 335/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a assunção de uma solução de equilíbrio na reprivatização da TAP, 341/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, S.A., assegure a defesa do interesse público, a proteção dos trabalhadores, a manutenção de rotas estratégicas e o cumprimento das metas ambientais e 352/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que assegure condições especiais na aquisição de ações da TAP por parte dos seus trabalhadores.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Por muito que nos queiramos livrar do tema TAP (Transportes Aéreos Portugueses), não é mesmo fácil. Ou os Governos insistem em mantê-la na alçada do Estado, ou as notícias voltam a surgir com intenções dúbias. O tempo passa e os recursos são consumidos, sejam eles financeiros — e demasiados! — ou de tempo, como às vezes nos vai acontecendo por aqui.

A TAP é o espelho do País que ainda não conseguiu libertar-se do passado, é o retrato de um Estado que promete aprender com os erros, mas insiste em repeti-los. Foi assim com os resgates, foi assim com a nacionalização e é, agora, assim com esta privatização envergonhada.

Em 2020, o Governo Socialista decidiu renacionalizar a TAP. Prometeram que era «temporário», «inevitável», em nome «do interesse nacional». O resultado foi o costume: 3,2 mil milhões de euros do dinheiro dos contribuintes — 3200 milhões que não voltaram e que os portugueses continuam a pagar todos os dias, nos impostos e nas oportunidades perdidas.

Hoje, o Governo é outro, mas, na prática, o padrão é o mesmo: dizem que querem privatizar, mas recusam-se a largar o controlo; querem vender a TAP, mas continuar a mandar na TAP; querem o dinheiro do mercado, mas o poder no Estado; e diz o Governo que também quer privatizar tudo, mas que o contexto parlamentar não deixa.

Sr.as e Srs. Deputados, quem acredita verdadeiramente na liberdade económica não se esconde atrás do Parlamento, trabalha para convencer o Parlamento. Coragem política não é adaptar convicções à maioria, coragem política é construir uma maioria para as convicções que se tem.

Este Governo diz que quer privatizar tudo, mas age como quem tivesse medo de o fazer. Não se privatiza por partes para poupar nos votos, privatiza-se por inteiro para poupar dinheiro dos contribuintes.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Porque privatizar não é vender ações, é libertar os contribuintes de mais uma fatura; é libertar o País da arrogância de achar que o Estado gere melhor do que quem trabalha, arrisca e compete.

Aplausos da IL.

E convém dizê-lo sem hesitação: a aviação civil é, por natureza, um setor concorrencial, global e altamente especializado. Não há razão alguma — técnica, económica ou estratégica — para que o Estado tenha de gerir uma companhia aérea. Onde há concorrência, o Estado deve ser árbitro, não jogador.

Do outro lado deste debate estão os mesmos de sempre, os que querem a TAP pública por ideologia,…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … os que confundem património nacional com saco sem fundo e os que se emocionam com bandeiras na cauda dos aviões, enquanto os contribuintes ficam de bolsos vazios.

Nós, os liberais, não confundimos patriotismo com estatismo. Portugal não precisa de ter uma companhia aérea pública, precisa é de um Estado que cumpra as suas funções e respeite o dinheiro de quem trabalha.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O que propomos é simples e justo: vender toda a participação do Estado na TAP, sem truques, sem reservas, sem mãos políticas ao comando.

A TAP pode ser portuguesa sem ser estatal, e Portugal só será verdadeiramente livre quando o Estado deixar de querer ser empresário, dono, operador e salvador ao mesmo tempo. Assim é que não dá!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Não se repita o mesmo erro! Estamos a tempo de travar o crime económico que é a privatização da TAP.

Está em curso uma investigação criminal por indícios da prática de crimes no processo de privatização da TAP, em 2015, mas também no período da gestão privada, que o PCP denunciou, na altura, por a TAP ter sido adquirida pelo grupo privado com dinheiro da própria TAP, bem como denunciou os desmandos da gestão privada. Todos os processos de privatização concluídos terminaram com a falência da TAP e a necessidade de a resgatar, caso contrário já não existiria.

Foi por um triz que a TAP não desapareceu com a falência da Swissair. No período da pandemia, o Sr. Neeleman fugiu, e se não tivesse sido a intervenção pública, hoje, já não haveria TAP.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Os animadores da privatização da TAP, sistematicamente, menorizam-na, desvalorizam a sua importância no plano económico e na coesão territorial.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas alguém acha que se a TAP não tivesse um enorme valor haveria interessados na sua aquisição? É claro que não. Há tanto interesse em torno da TAP porque a empresa vale muito, vale muito no sector aéreo e vale muito nas ligações que assegura.

O que pretendem é o mesmo de sempre: vender as empresas estratégicas ao desbarato,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Superestratégicas…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … desconsiderando totalmente o interesse nacional, só com o objetivo de favorecer os grupos económicos e os seus interesses.

Protestos do PSD.

Dizem que o povo português deve recuperar os 3,2 mil milhões de euros colocados na TAP, mas não utilizam o mesmo critério para os mais de 6 mil milhões de euros que foram colocados no Novo Banco, nem para os 20 mil milhões de euros colocados na banca privada. Aí já não lhes dá jeito, porque isso colocaria em causa aqueles a quem servem: os grupos económicos.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Ocultam, propositadamente, que uma parte dos 3,2 mil milhões de euros serviu para tapar os buracos deixados na empresa pelos dois processos de privatização, para pagar a aventura da Manutenção & Engenharia do Brasil e para superar os prejuízos decorrentes da pandemia covid-19; a outra parte foi para a capitalização da TAP. E agora, que a empresa está a gerar lucro, o que é que querem? Privatizá-la. Querem fazer exatamente todo o ciclo que já aconteceu no passado, e conhecemos os resultados negativos para o País.

Ignoram o contributo da TAP para a nossa economia, só nestes últimos três anos, com mais de 270 milhões de euros de lucros, mais de 300 milhões de euros de contribuições à Segurança Social, 300 milhões de euros em IRS e cerca de 2200 milhões de euros em salários, em Portugal, que por sua vez alimentam as economias local e nacional.

Além de ser o maior exportador nacional em serviços, representa 4 % do PIB, tem um papel fundamental para a coesão territorial, na ligação das regiões autónomas com o continente, na ligação às comunidades portuguesas, na ligação entre o continente europeu e outros continentes, e assume uma dimensão estratégica e soberana.

Por outro lado, a recusa do Governo na disponibilização dos relatórios de avaliação da TAP é um péssimo sinal, além de ser inaceitável. Já vimos este filme no passado, com a venda da TAP a preço de saldo. Mais uma vez, prevalece a opacidade, enquanto o Governo faz promessas de transparência e de escrutínio, e a abertura do processo de privatização já está a prejudicar a TAP ao disponibilizar informação da TAP a outras empresas concorrentes no transporte aéreo.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Não há qualquer razão para ocultar esta informação à Assembleia da República.

Não haja ilusões, ao longo do processo de privatizações, os tais investidores ficaram mais ricos a comprar empresas públicas, o País é que ficou mais pobre. E os processos de privatização têm sido o principal foco de desestabilização da TAP nestes últimos 30 anos.

Termino como comecei: que se aprenda com os erros para não os repetir, por isso, o que se impõe ao Governo é que abandone o processo de privatização da TAP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A TAP representa muito mais do que uma companhia aérea. Ela afirma a nossa inequívoca soberania,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A TAP?!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … ela protege os nossos inegáveis interesses, ela une, debaixo de uma bandeira, portugueses de todas — todas! — as latitudes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E o projeto do Chega di-lo, e di-lo muito bem.

Enquanto ponte entre Portugal e o mundo, a TAP garante presença internacional, fundamental, num Estado respeitado. Enquanto ponte entre Portugal e a diáspora, a TAP garante elo com os homens e mulheres que saíram da sua pátria e foram para outros países, não de mão estendida, não a engrossar a segurança social,…

Aplausos do CH.

… mas a construir impérios, com trabalho e respeito pelos valores e pelas leis dos países que os acolheram.

Enquanto ponte entre Portugal e as autonomias, a TAP garante, ou deveria garantir, a coesão, uma coesão que se realiza na prática: a promessa de continuidade territorial, que une e não separa; que garante o princípio, inegável, inegociável, insubstituível, de que nos 93 000 km^2 de terra desta Nação, fundada em 1143,…

Aplausos do CH.

… não existem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, mas filhos

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, preservar a TAP significa afirmar Portugal como orgulhosa pátria pluricontinental, declarar Portugal como nação atlântica e prolongar, nos céus, a nossa identidade. Mas, Sr.as e Srs. Deputados, se há algo muito claro — muito claro! — é que não estamos condicionados, nem por palas ideológicas, nem por agendas encapotadas, nem por históricos do *WhatsApp*.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — É por termos Portugal como único norte — único norte! — que elencamos neste projeto vetores que temos como basilares: que o *hub* fique em Lisboa; que salvaguardemos os postos de trabalho; que assumam as garantias do Estado; que valorizem a diáspora como alma de Portugal, além-fronteiras; e que as rotas para as autonomias não continuem a ser as mais caras da TAP em todo o mundo, um mecanismo encapotado para injetar dinheiro do Estado e feridas que afastam pais dos filhos que estudam, afastam doentes dos tratamentos de que precisam, afastam economias do crescimento de que carecem e afastam portugueses de irmãos portugueses.

Sr.as e Srs. Deputados, o que este projeto quer é muito, muito claro: que o Governo tenha a humildade de falar com esta Casa; que os milhares de milhões que nós pusemos na TAP sejam recuperados;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Boa sorte!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … que os filhos da terra, continentais, autonomistas ou das comunidades, sejam verdadeiramente filhos, e não enteados; que a língua seja sempre prática; que a bandeira seja sempre símbolo; que a cultura seja sempre nossa; e que a mobilidade, a verdadeira mobilidade, com asas verdes e vermelhas, com a força dessas asas, seja uma conquista desta Legislatura — esta Legislatura, que tudo faremos, tudo faremos, para ser a última desta III República.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O diploma do Partido Socialista tem um objetivo muito claro, e é muito fácil de explicar. Basicamente, o que o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretendem é repor a justiça para com os trabalhadores da TAP. Sabemos bem o esforço que fizeram durante a reestruturação da TAP para assegurar o que ela hoje é, um caso de sucesso. Está a ser bem reestruturada, vai ser privatizada e tem muito valor.

De qualquer maneira, o desenho que o Governo da AD está a fazer para esta privatização da TAP tem, do nosso ponto de vista, um erro grave. É um erro que, de alguma forma, viola, pelo menos informalmente, a Lei Quadro das Privatizações, porque não permite que os trabalhadores da TAP tenham acesso a um lote de ações com desconto, portanto, a um preço acessível, para, de alguma maneira, dar corpo a este agradecimento que é preciso fazer aos trabalhadores da TAP.

Só estamos a falar e a discutir este diploma porque a AD — e isso todos nós apreciamos, hoje e ao longo destes debates — colocou no terreno, ao longo destes últimos dois anos, um verdadeiro processo antitrabalho, um doloroso processo antitrabalho, antitrabalhador. Os senhores do Governo da AD, quando têm de escolher, escolhem sempre prejudicar os trabalhadores. Aliás, isso ficou claro, hoje, ao longo das diferentes discussões.

Qual é, então, o grande argumento da AD para não permitir que os trabalhadores da TAP tenham acesso ao tal lote de 5 % — um lote minúsculo, diga-se, em abono da verdade — de ações a um custo mais baixo?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vão ter!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Qual é o grande argumento? É que isso pode prejudicar a operação de privatização.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não é esse o argumento!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ora, parece-me bastante óbvio que um lote tão pequeno, com um desconto que não será com certeza significativo, não prejudica a operação de privatização da TAP.

Aliás, permita-me com isto perguntar aos Srs. Deputados, a todos os Srs. Deputados: o que é que prejudica mais a privatização da TAP, que está hoje em curso?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito gostam de brincar com dinheiro público!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É este acesso dos trabalhadores a ações a custo preferencial ou é a circunstância de ter a liderar este processo de privatização um representante que assinou uma privatização da TAP, em 2015, que está hoje sob suspeita?

Protestos do PSD.

O que é que prejudica mais a privatização da TAP: isto que é dado aos trabalhadores ou, simplesmente, ter à frente do processo de privatização alguém que conduziu uma privatização que está hoje sob suspeita?

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não está ninguém sob suspeita!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Termino a apresentação deste diploma dizendo o seguinte: há, sobretudo, duas razões fundamentais…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não há suspeita! Isso é mentira!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ó Sr. Deputado, deixe-me terminar.

Há, sobretudo, duas razões fundamentais para que este diploma seja aprovado. A primeira tem a ver com a circunstância de associar os trabalhadores ao processo acionista, de dar garantias de estabilidade ao acionista — e isto é muito importante para a vida da TAP.

Em segundo lugar, é uma questão de retribuição aos trabalhadores, conforme já disse. Os trabalhadores foram os grandes responsáveis pela grande reestruturação que a TAP está a fazer, com os lucros que tem vindo a apresentar nos últimos anos. Portanto, parece-me muito evidente que, quando se concretizar a privatização da TAP, os trabalhadores tenham acesso a essas ações a preço preferencial.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, este projeto de resolução que o Partido Socialista nos traz hoje tem, efetivamente, como propósito atribuir um desconto na parcela dos 5 % destinada aos trabalhadores da TAP. O Partido Socialista até refere que, de alguma forma, estaríamos a defraudar as expectativas legítimas dos trabalhadores.

Vamos, então, exemplificar quais são as expectativas que os trabalhadores têm tido com o Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Vou dar quatro grandes exemplos relativos a defraudarem as expectativas dos trabalhadores. Começamos em 2020, com Pedro Nuno Santos a dizer «Os despedimentos não têm de ser inevitáveis. Há várias formas de fazer uma reestruturação da empresa»…

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

… e, no final do ano: «Pedro Nuno Santos: 1600 trabalhadores vão sair da TAP até ao fim do ano».

O orador exibiu uma notícia com o título que citou.

Esta é a grande preocupação do Partido Socialista.

Vamos avançar para um outro exemplo de uma enorme preocupação do Partido Socialista: em 2015, na privatização anterior, foi atribuída uma parcela aos trabalhadores, com um desconto. Os trabalhadores adquiriram as ações e estava tudo a decorrer de forma normal. O que é que o Partido Socialista fez? Nacionalizou, de volta, a companhia, pagou 55 milhões de euros ao Sr. David Neeleman — até hoje ninguém sabe nem como, nem porquê, nem com que base.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E sabe quanto é que pagou aos trabalhadores que tinham adquirido as ações em 2015, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Zero!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bola!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Zero! Perderam todo o dinheiro que investiram na empresa.

Vou dar-lhe mais outro exemplo, este sobre a CP Carga. O Partido Socialista esteve oito anos com a CP Carga na gaveta, sem dar a participação aos trabalhadores. Foi este Governo, no mês passado, que concluiu a entrega das ações aos trabalhadores. Foram oito anos com o processo na gaveta.

Tenho mais outro exemplo da preocupação socialista: a privatização da Efacec. Sabe que percentagem foi dada aos trabalhadores na reprivatização da Efacec, Sr. Deputado? Sabe?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bola!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Zero, zero, zero!

Vozes do PSD: — Ah!…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — A preocupação do Partido Socialista é uma mera fachada, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Na verdade, se a TAP implementasse um programa de milhas por cada ziguezague socialista, o Sr. Deputado Carlos Pereira já tinha dado a volta ao mundo!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Carlos Pereira tem mais um pedido de esclarecimento, agora do Sr. Deputado Carlos Barbosa. Não sei se quer juntar as respostas ou se responde um a um.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Respondo em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Pereira, hoje, o PS vem apresentar um projeto de resolução que recomenda ao Governo que assegure condições especiais aos trabalhadores da TAP na aquisição de ações da empresa. É, sem dúvida, um tema relevante, mas permita-me dizer que chega tarde, chega mal, chega com uma enorme dose de hipocrisia política.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Onde estava esta preocupação do Partido Socialista quando nacionalizou a TAP com o dinheiro de todos os contribuintes, gastando 3,2 mil milhões de euros para resgatar a empresa, e não assegurou a percentagem detida pelos trabalhadores?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Onde estava esta defesa dos trabalhadores quando o Governo Socialista impôs cortes salariais, reduziu pessoal e congelou carreiras durante o plano de reestruturação? Aí, o PS não falou de expectativas legítimas nem em participações acionistas, falou em sacrifícios e impôs-nos a todos o preço desses sacrifícios.

Agora, em vésperas de nova privatização, o PS descobre subitamente que os trabalhadores merecem condições especiais, mas sem dizer quais, sem quantificar, sem explicar e sem garantir. Ou seja, é uma proposta vaga, simbólica e essencialmente oportunista. É um gesto de fachada para limpar a memória do seu próprio passado político na TAP.

O PS que diz «não há prejuízo para os contribuintes» é o mesmo PS que, durante anos, justificou cada corte, cada austeridade e cada cêntimo gasto com o argumento da responsabilidade financeira do Estado. Hoje, abdica deste princípio em troca de um pequeno número de votos fáceis e de manchetes simpáticas.

Sr.as e Srs. Deputados, defender os trabalhadores não é aparecer à última hora com resoluções decorativas. Defender os trabalhadores era ter-lhes dado voz quando o Estado lhes pedia sacrifícios, era ter assegurado transparência e responsabilidade quando a TAP se transformou num poço de investimento público sem retorno.

Hoje, o PS tenta reescrever a história, mas os factos não se apagam. Foi sob o Governo Socialista que a TAP chegou ao estado em que chegou e é sob o mesmo discurso que o PS tenta agora lavar as mãos em relação ao que fez no passado.

Esta proposta não é um ato de justiça social, é apenas um exercício de branqueamento político.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Barbosa, permita-me começar por dizer que sabemos todos, nesta Câmara e porventura no País, que quando se trata da TAP há sempre alguém, que não os Deputados do Chega, que faz as suas intervenções.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eh lá!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, sobre isso, penso que estamos todos conversados. Bastará apenas perguntar…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga lá quem é!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não me diga que é preciso explicar! É preciso fazer contas ou um desenho para perceber quem é que faz as intervenções?

Protestos do CH.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tenho estima por si e sei que tem dois palmos de testa. Portanto, penso que não é preciso fazer-lhe um desenho para saber quem faz as intervenções sobre a TAP, no que diz respeito ao Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é? Diga lá!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Deputado Gonçalo Lage…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas diga lá quem é!

Protestos do CH.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Gostava de poder continuar, mas…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … é difícil!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É só esperar um bocadinho, Sr. Deputado.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É difícil! Ó Sr. Deputado Pedro Pinto, pense um bocadinho.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Sr. Deputado…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Deputado Gonçalo Lage…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Podemos prosseguir?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas diga lá! Tenha coragem e diga lá quem é que fala por esta bancada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Sr. Deputado Pedro Pinto, podemos prosseguir ou não?

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado, estou a perguntar-lhe se posso prosseguir com os trabalhos ou se temos de fazer uma pausa. Podemos prosseguir?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pode!…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Suponho que haja concordância.
Então, vai criar condições para que isso seja possível?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado Carlos Pereira, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Pela tensão que se verificou, percebemos que eles todos sabem de quem é que eu estava a falar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quem é?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Identifique! Também queremos saber!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Deputado Gonçalo Lage, deixe-me falar seriamente sobre a TAP e sobre os trabalhadores. Aliás, Sr. Deputado Gonçalo Lage, e restantes Deputados do PSD, acho até inacreditável que os senhores se levantem para falar sobre a TAP. Acho mesmo inacreditável! O Sr. Deputado fez umas contas, disse que afinal havia 1400 trabalhadores que saíram, o que significa que a TAP tinha 10 000 e ficaram 8600 trabalhadores na TAP.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Disse 1600!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E depois ainda deu mais um exemplo: o da Efacec, em relação à qual os senhores, aliás, tentaram uma comissão de inquérito, e agora estão a fazer sucessivas audições à Efacec.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Estamos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Qual é a conclusão a que quero chegar, Sr. Deputado Gonçalo Lage? É que o Sr. Deputado Gonçalo Lage e todos os Deputados do PSD deviam ter vergonha, porque nós hoje estamos a falar de trabalhadores que estão na TAP, mas que não estavam na TAP nem em lado nenhum com os senhores, que simplesmente não faziam nada para salvar a TAP,…

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

… como não faziam nada para salvar a Efacec.

Aplausos do PS.

Portanto, temos a TAP e temos a Efacec, temos trabalhadores na TAP e temos trabalhadores na Efacec porque nós salvámos a TAP e salvámos a Efacec.

Por isso, Sr. Deputado, tendo salvado a TAP e existindo mais de 8000 trabalhadores da TAP, não entendemos por que razão é que os senhores não querem facilitar a vida aos trabalhadores. Por que razão é que os senhores não querem ajudar os trabalhadores? Por que razão é que os senhores querem votar contra esta proposta?

Os senhores são mesmo contra os trabalhadores.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não somos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Os senhores não gostam dos trabalhadores. Os senhores, quando têm de decidir entre o que fazer com os trabalhadores, prejudicam sempre os trabalhadores! Isso é lamentável, e essa é a vossa proposta para a TAP.

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Devolvam o dinheiro aos trabalhadores!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É literalmente uma interpelação à Mesa, para que seja distribuída uma notícia que diz que o Deputado do Partido Socialista Carlos Pereira admite que a reunião secreta com o CEO (*chief executive officer*) da TAP partiu do Governo.

Portanto, quem fazia reuniões secretas era o Sr. Deputado Carlos Pereira, não era esta bancada.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Nós aqui não recebemos ordens de ninguém! Os senhores é que recebem ordens de alguém, nós não!

Agora, diga a verdade. Eu gostava que o senhor fosse um homem de coragem e dissesse a esta bancada quem é que manda nas intervenções dos Deputados do Chega.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Carlos Pereira, diz o nome!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, julgo que não é necessário a Mesa distribuir a notícia, porque a notícia foi distribuída pelos jornais.

O Sr. Deputado Carlos Pereira pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É uma interpelação à Mesa, só para aconselhar o senhor…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, espere só um bocadinho.

Pausa.

Srs. Deputados, acho que o Sr. Deputado Pedro Pinto fez-se ouvir, e foi ouvido com respeito. Agora, vamos aplicar a mesma receita e ouvir, com respeito, o Deputado Carlos Pereira.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, era só para deixar mais um enigma ao Sr. Deputado Pedro Pinto, e dizer-lhe para ler o que fez a Comissão de Transparência sobre essa tal reunião secreta que o Sr. Deputado referiu.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Sr. Deputado, isso não é propriamente uma interpelação à Mesa. Vamos abusando e abusando das figuras, qualquer dia as figuras têm uma aplicação diferente, necessariamente.

Sr. Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra para uma intervenção.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, vamos criar condições para a Sr.ª Deputada falar.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado Pedro Pinto, já estamos noutra oradora, obrigado.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A discussão de hoje sobre a TAP é, antes de mais, uma discussão sobre o país que queremos ser, um país que abdica de instrumentos

estratégicos em nome de uma fé cega no mercado ou um país que usa esses instrumentos para garantir coesão territorial, emprego qualificado, transição ecológica, soberania nas ligações ao mundo.

Para o Livre, a TAP não é apenas uma linha num balanço, é uma ferramenta crítica para ligar o continente às regiões autónomas, às comunidades na diáspora, aos países lusófonos, à economia e à ciência portuguesas.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Por isso, rejeitamos a ideia da Iniciativa Liberal para a privatização total do grupo TAP. Essa proposta apaga deliberadamente tudo o que é valor público — o papel no PIB, nas contribuições fiscais e sociais, na balança de pagamentos, na capacidade de responder a crises internacionais e na própria existência de um *hub* internacional em Lisboa.

É uma solução que mostra pouca ambição para o País, que transforma os 3,2 mil milhões de investimento em pretexto para uma liquidação apressada, em vez de discutir como é que esse investimento pode ser recuperado, precisamente através de uma TAP forte, pública e bem gerida.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós temos respeito pelo dinheiro!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Parlamento não pode ser, de maneira nenhuma, arredado desta discussão estratégica, nem o debate se pode fazer à porta fechada entre o Governo e três partidos. Por isso, acompanhamos o projeto do PCP quanto à necessidade de travar a privatização e de reconhecer, com rigor, o impacto global da TAP na economia e nas contas públicas.

Há, sim, informação comercial sensível que não deve ser tornada pública de qualquer maneira, mas esta Assembleia dispõe de instrumentos para isso: sessões à porta fechada, acesso restrito a documentação, deveres de sigilo dos Deputados. O que não pode acontecer é usar-se a sensibilidade da informação como desculpa para retirar ao Parlamento o acompanhamento democrático e a capacidade de decisão numa operação desta dimensão.

Discutir a TAP como ativo estratégico é discutir o seu papel na mobilidade e na ligação ao mundo, a sua articulação com a ferrovia, a sua transição energética, a sua contribuição para a investigação e desenvolvimento nacionais nas áreas da engenharia aeronáutica, da engenharia de materiais, da engenharia de manutenção; é discutir a gestão deste ativo estratégico, envolvendo sempre os seus trabalhadores. Abdicar de uma TAP sem participação pública é desperdiçar tudo isso.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Servir o interesse nacional, para o JPP, é e tem de ser o único foco, respeitando as especificidades do nosso território, com relevo para as nossas ilhas e comunidades espalhadas pelo mundo.

O que temos hoje não serve, não honra, não prestigia a bandeira nacional nem respeita os portugueses: no Norte, afirmam que a TAP não serve a região; no Sul, o abandono da operação em Faro tornou-se simbólico; na Madeira, nos Açores, há um assalto permanente aos bolsos das famílias, e a TAP nem para um subsídio de mobilidade digno tem servido.

A imprensa regional da Madeira destaca preços absurdos para o Natal e quem viaja de avião sabe bem que a regra não é uma exceção. As novas sobretaxas na ligação continente-Madeira só não avançam por intervenção política. Temo que regressem mascaradas e continuem a penalizar quem precisa de viajar.

Por isso, ponham a TAP a servir o País — todo o País! — e os portugueses em primeiro, segundo e terceiro lugar. E que este Parlamento seja chamado a acompanhar com transparência todo o processo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, a esquerda não bate palmas?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos hoje a debater a TAP pela terceira vez em seis meses e, dado o conjunto de propostas que estão aqui a ser discutidas, temos recomendações para todos os gostos.

A IL vem pedir que o Governo se esforce e se concentre na privatização a 100 % da companhia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

Vozes da IL: — E bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP não nos surpreende: pretende travar o processo de privatização. A única coisa que registo no projeto de resolução do PCP é que ele chama, a todos os partidos que não são de extrema-esquerda, partidos neoliberais, incluindo o Partido Socialista.

Risos de Deputados da IL.

O Chega propõe que se incluam Deputados dos partidos políticos na comissão especial relativamente à privatização da TAP.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por fim, o PAN pede atenção ao ambiente e o PS pede um desconto na aquisição de ações por parte dos trabalhadores.

Posto isto, penso que há uma enorme confusão sobre o processo de privatização e sobre aquilo que está em causa. Nessa matéria, o Governo foi de uma clareza cristalina. O Governo disse claramente o que queria no processo de privatização. Em primeiro lugar, queria tentar recuperar parte dos 3,2 mil milhões de euros que foram afundados pelo PS nesta empresa.

Vozes do PSD: — É uma vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É dinheiro dos contribuintes, e o processo de venda da empresa servirá, em primeiro lugar, para abater parte desse dinheiro que foi afundado pelo Partido Socialista nesta empresa.

Protestos de Deputados do PS.

O segundo objetivo é muito simples: é capitalizar a empresa para permitir que a empresa possa continuar a investir e a crescer, porque, como os Srs. Deputados sabem, mesmo os Deputados do Partido Comunista, as regras da União Europeia não permitem que o Estado continue a pôr dinheiro na empresa.

Por isso, este processo é um primeiro passo que nos parece prudente no sentido da privatização da empresa. E começou bem, porque pelo menos algumas companhias aéreas de renome vieram ao processo de privatização e mostraram interesse em participar neste processo.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sabes quanto é que vale a TAP?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Termino com uma nota de perplexidade relativamente ao projeto de resolução do Partido Socialista. O partido que foi responsável por enterrar 3,2 mil milhões de euros na TAP diz agora que os descontos aos trabalhadores terão um impacto orçamental absolutamente residual.

Protestos do PS.

Bom, quando se trata de dinheiro público, o PS considera sempre que tem um impacto reduzido. Nós sabemos que os contribuintes nunca mereceram grande consideração por parte do Partido Socialista,…

Protestos do Deputado do PS Carlos Pereira.

… mas, ó Sr. Deputado, esta proposta do Partido Socialista demonstra uma consciência pesada relativamente a uma intervenção atrapalhada na TAP, no tempo do Governo do Partido Socialista, que levou, precisamente, a cortes salariais dos trabalhadores, de que os senhores agora falam.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, quero-vos dizer o seguinte: enquanto esta maioria estiver aqui, o dinheiro dos contribuintes não será novamente chamado para pagar os vossos erros.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Só os vossos!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos novamente a debater o tema da TAP, um tema de grande importância que várias vezes nos traz à discussão aquilo que é mais importante, que é o interesse pela salvaguarda da companhia, é a capacidade de a projetar no futuro, de lhe dar sustentabilidade, e de perceber que ter ganhos de escala no mundo da aviação atual, estar integrada num grupo que tem dimensão, que opera em vários mercados, que tem flexibilidade e robustez de músculo financeiro para responder às ameaças e às alterações, é absolutamente essencial. Não perceber isso é condenar a TAP e o seu futuro.

Este Governo disse sempre ao que vinha. O Governo e esta bancada disseram, no seu plano e no seu programa, que tinham por objetivo privatizar a TAP, não só por capricho, mas porque é essencial para a sua sobrevivência e para a afirmação de valores que estão contemplados no caderno de encargos de forma indelével: o *hub* em Lisboa, as rotas com as regiões autónomas, a maximização das infraestruturas aeroportuárias portuguesas, as rotas da nossa diáspora. E neste processo ficou claro, desde a primeira hora, que, se em algum momento não forem tidas essas garantias por potenciais interessados, o processo pode parar ou ser anulado, sem que isto signifique dar 55 milhões sem justificação aos potenciais compradores.

Aplausos do PSD.

Esta bancada e este Governo têm um respeito extremo pelo suor e pelo dinheiro dos contribuintes.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Onde?!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É por essa razão que neste processo queremos maximizar a capacidade de reaver os 3200 milhões que o PS injetou novamente na TAP.

Aquilo que é importante dizer é que este processo, naturalmente, dividido como está, tem várias hipóteses e várias potencialidades de vir a maximizar o valor que se possa conseguir com ele.

Vamos à transparência: este processo é o mais transparente possível. Aliás, com estupefação, vimos alguém nesta Câmara suscitar dúvidas sobre este processo.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Foi na semana passada!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Lembro às Sr.as e aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente que está constituído um grupo, no âmbito do Parlamento, para fazer a fiscalização deste processo, o qual me coube a honra e o privilégio de coordenar. Portanto, o Parlamento, a par de uma comissão técnica independente que foi criada para acompanhar o processo, fará o escrutínio de tudo o que houver para fazer. Não vale a pena lançar sombras de dúvidas de legalidade ou transparência,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Lama! Lançar lama!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — … porque aqui não há nem reuniões secretas, nem acordos que ninguém sabe explicar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aqui zela-se com transparência pelo interesse do País e pelo interesse da TAP.

A TAP tem de ter futuro, e o respeito pelos trabalhadores é nós garantirmos em consciência e com critério que o futuro está assegurado e que não é a qualquer virar de esquina de um resultado negativo que a TAP voltará a estar numa situação em que o País não a pode ajudar pelas regras europeias. Aí, sim, teríamos um problema a que os senhores nos conduziram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa precisa de informação sobre quem da Iniciativa Liberal deseja encerrar o debate.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, era para a defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Defesa da honra da bancada? Fico curioso para saber como é que essa bancada foi ofendida na sua honra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é em relação às declarações do Sr. Deputado Carlos Pereira, obviamente. Não é em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sabe, Sr. Deputado, há muitos anos, o Presidente Almeida Santos gostava de lembrar os Srs. Deputados de que os Srs. Deputados «não são frasquinhos de vidro», não é?

Risos.

Portanto, se um Deputado não é um frasquinho de vidro, então, uma bancada ainda deve ser menos um «frasquinho de vidro». Mas, enfim, se o Sr. Deputado se sentiu ofendido, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente, concordando inteiramente com essa expressão do ex-Presidente da Assembleia da República Almeida Santos.

O Sr. Deputado Carlos Pereira levantou aqui uma suspeição que nós consideramos muito grave. Aliás, muito, muito grave. Levantou a suspeição de que, quando os Deputados do Chega falam da TAP, haveria alguém que

escreveria as suas intervenções. Ó Sr. Deputado Carlos Pereira, tenho-lhe a informar uma coisa: aqui, nesta bancada, os Deputados falam um por todos e todos por um, ao contrário da bancada do Partido Socialista, que tem três ou quatro ou cinco fações aí dentro.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É a democracia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E quem escreve as nossas intervenções são os Deputados, são os Deputados do Chega. Não sei se no Partido Socialista estão habituados a isso. Em nós, ninguém manda, ao contrário daquilo que fazem com vocês, que estão habituados a serem movidos pelos esquemas que o senhor, inclusive, quando esteve na CPI (comissão parlamentar de inquérito) da TAP, também quis fazer, com esquemas de reuniões secretas antes de irem responder à CPI da TAP.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Carlos Pereira, ficou-lhe muito mal, e ficou-lhe muito mal, ainda por cima — e digo-lhe isto olhos nos olhos! —, porque, se havia alguém neste Parlamento que não poderia ter dito nada disso, era precisamente o Sr. Deputado Carlos Pereira. Isto porque o Sr. Deputado — não leve a mal a expressão — tinha o «rabo preso» nessa CPI da TAP. Foi o senhor que quis fazer uma manhosice à moda socialista e reunir com alguém que iria falar no dia seguinte.

Aplausos do CH.

Portanto, Sr. Deputado, a nós não nos dá lições de moral, a nós não nos dá lições de ética, e muito menos a nós nos insinua que alguém escreve os nossos discursos. Não lhe posso admitir isso, não poderia deixar passar isso em branco. Esta bancada, estes Deputados têm de ser respeitados e o senhor faltou ao respeito aos 60 Deputados democraticamente eleitos pelo povo português.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Carlos Pereira tem a palavra para dar explicações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora tem de ter a coragem de dizer quem foi!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, não me alongarei muito sobre a minha referência à inspiração dos textos do Chega em relação à TAP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nome!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Penso que todos conhecem os apoiantes formais do Chega,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não conhecemos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem?!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … que financiam o Chega e que têm relações com a TAP.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Financiam o Chega?!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, não me alongarei muito mais sobre isto e espero que isto seja suficiente para explicar aquilo que eu disse.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Queremos nomes!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Agora, o Sr. Deputado levantou-se para me acusar de fazer reuniões secretas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O senhor é que está a acusar!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas o Sr. Deputado também se esqueceu — não teve oportunidade, com certeza —, ou então não leu a conclusão da comissão de transparência deste Parlamento sobre o que se passou e, aliás, sobre o que se passa no Parlamento com os Deputados que representam o Governo e que preparam as suas comissões com os membros do Governo. É uma prática normal, habitual, consensual, que todos conhecem.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é, não!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, é lamentável que tenha ido buscar um tema que estava completamente clarificado, esclarecido, para, de alguma maneira, justificar aquilo que é público, que vem nos jornais e que todos nós sabemos, que são os financiadores do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Quem?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Coragem, Carlos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Um deles foi, obviamente, um dos acionistas da TAP.

Aplausos do PS.

Entretanto, o Deputado do CH Pedro Pinto fez sinal à Mesa para pedir a palavra.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Sr. Deputado, peço desculpa, mas está encerrada a questão. O Sr. Deputado Pedro Pinto defendeu a honra e o Sr. Deputado Carlos Pereira prestou as declarações que quis prestar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é assim, tem de dar a palavra!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não, Sr. Deputado, já fez a defesa da honra. Não lhe vou dar a palavra, Sr. Deputado. Está encerrado este ponto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de dar a palavra! Os socialistas são uns aldrabões!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, para encerrar o debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O nosso financiamento é limpo! O vosso não é!

Protestos do Deputado do PS Carlos Pereira.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): —Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, recebeu um bónus de 34 segundos no seu tempo por parte do PSD.

Faça favor, pode iniciar a sua intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Como disse há pouco, coragem política não é adaptar convicções à maioria; coragem política é construir uma maioria para as convicções que se tem.

É nisso que temos uma divergência com o Governo, porque o Governo diz querer uma privatização total, mas apresenta uma proposta que mantém o Estado como acionista de controlo;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É a primeira fase!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … diz acreditar na iniciativa privada, mas continua agarrado ao poder político sobre a empresa.

Depois deste debate, ficou claro o que separa a Iniciativa Liberal dos restantes partidos. Uns querem uma TAP pública por ideologia ou por uma espécie de lirismo populista — até o Livre, que se diz tão moderno e europeísta, neste debate está igualzinho ao PCP, o que é normal, mas também igualzinho ao Chega — e outros dizem que também gostariam de privatizar tudo, mas não o fazem por causa do Parlamento.

No fim, acabam todos no mesmo voo: a esquerda, o Chega, o Governo, todos a defender uma TAP maioritariamente pública, mas todos pelos mesmos argumentos falsos. Já aqui o dissemos e reafirmámos em setembro, neste Plenário.

Dizem que uma TAP pública é essencial para o desenvolvimento. É falso: dois terços dos países europeus, quase todos mais ricos do que nós, não têm companhia aérea pública.

Dizem que é essencial para o *hub* de Lisboa. É falso: Frankfurt, Paris, Madrid e Amsterdão são grandes *hubs* com companhias privadas.

Dizem que é essencial para a coesão territorial. É falso: foi precisamente como empresa pública que a TAP reduziu o seu peso no Porto, em Faro e nas ilhas.

Dizem que é uma questão de soberania. É falso: os outros países que não têm empresas públicas não têm soberania?

Dizem que é essencial para as comunidades portuguesas. É falso: as rotas da emigração já são servidas por companhias privadas e continuarão a sê-lo.

São mentiras repetidas mil vezes para justificar aquilo que todos sabem: a vontade de manter influência política, cargos partidários e favores na TAP. Curiosamente, até António Costa acabou por aprender, sete anos depois, que o Estado não tem de ser dono de uma companhia aérea. Seria bom, não só para o Partido Socialista, mas também para o atual Governo e para os outros partidos que também apoiaram António Costa em determinada altura, que aprendessem.

Por isso, sim: privatize-se tudo! Privatize-se 100 %, porque a TAP pode ser portuguesa sem ser estatal e Portugal só será verdadeiramente livre quando o Estado deixar de querer ser — repetimos, deixar de querer ser — empresário, dono, operador e salvador ao mesmo tempo.

Pelo respeito ao dinheiro dos contribuintes que não vai ser retornado ao seu bolso, de uma vez por todas, privatize-se a TAP a 100 %.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Devo assinalar o desprezo com que o Sr. Deputado tratou a oferta que lhe foi dada pelo PSD de mais tempo. Sobraram mais do que 34 segundos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nem era preciso!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Os Srs. Deputados foram demasiado generosos desta vez.

Srs. Deputados, chegámos assim ao fim da ordem do dia. A Assembleia volta a reunir amanhã, às 10 horas, para o debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, como primeiro ponto da ordem do dia.

O segundo ponto será o debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro, previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

O terceiro ponto será votações regimentais.
Muito boa tarde, Srs. Deputados, e até amanhã.

Eram 18 horas e 19 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.